

RETRATO DA SUSTENTABILIDADE NO MERCADO DE CAPITAIS

4^a edição | 2025



Índice

Retrato da sustentabilidade no mercado de capitais

Apresentação

03

Sobre a pesquisa

06

Como o mercado percebe
a sustentabilidade?

08

Perfis de maturidade
na agenda ESG

14

Zoom nas gestoras
de recursos

22

Conclusão

42

Um pouco da metodologia

45

Expediente



APRESENTAÇÃO



A sustentabilidade ganhou forças e se firmou como prioridade estratégica em muitos mercados ao redor do mundo. Os avanços são notáveis: empresas se comprometeram com metas públicas, investidores direcionaram capital da ordem de trilhões de dólares para ativos sustentáveis, de acordo com a Morningstar¹, e governos fortaleceram regulações voltadas à transparência e à responsabilidade socioambiental.

Apesar desse progresso, a transição para modelos de negócio mais sustentáveis ainda enfrenta desafios. A fragmentação regulatória, a falta de métricas padronizadas e a dificuldade de direcionar capital para mercados emergentes são algumas barreiras. Superar esses desafios exige colaboração global, liderança e cooperação entre governos, setor privado e organismos internacionais.

É nesse cenário que o Brasil tem buscado se posicionar como protagonista. Em 2024, presidiu pela primeira vez a cúpula do G20, colocando temas sociais, ambientais e econômicos no centro da agenda internacional. Também liderou a criação de um grupo de trabalho sobre finanças sustentáveis no B20, braço empresarial do G20, com foco em propostas para ampliar o financiamento sustentável.

Essa trajetória se intensificou em 2025, quando nosso país recebeu a COP 30, principal conferência da ONU sobre mudanças climáticas, em Belém (PA). Foi a primeira vez do fórum na Amazônia: com os olhares internacionais voltados para o nosso país, tivemos a oportunidade de destacar o mercado de capitais brasileiro nas negociações

¹ [Global ESG Fund Flows Rebound in Q2 2025 Despite ESG Backlash and Geopolitical Uncertainty](#)

climáticas e avançar em mecanismos de financiamento para o clima. Como a voz desse mercado, a Anbima não poderia ficar de fora: marcamos presença, representando o setor e promovendo o diálogo entre instituições financeiras, investidores institucionais, reguladores e demais stakeholders com diferentes níveis de maturidade ESG (questões ambientais, sociais e de governança, na sigla em inglês).

Mas nossa atuação ativa nessa pauta não começou na COP. Desde 2021, quando foi publicada a última edição desta pesquisa, avançamos em uma série de iniciativas. Para destacar apenas algumas, lançamos regras para identificação de fundos ESG; um guia de boas práticas, que evoluiu para a autorregulação, para a ofertas de títulos de renda fixa sustentáveis; e a criação de duas Redes ANBIMA – a de Sustentabilidade e a de Diversidade e Inclusão –, plataformas colaborativas e abertas que promovem o engajamento e a troca de conhecimento entre profissionais e instituições comprometidas com esses temas.

Essas ações buscam ampliar a confiança dos investidores, combater o greenwashing e criar um ambiente mais transparente e eficiente para a integração dos critérios ESG. Elas estão em consonância com a evolução do mercado, a exemplo da publicação da Resolução CVM 193, que exige, a partir de 2027, o relato de informações financeiras ligadas à sustentabilidade e ao clima a partir dos padrões internacionais IFRS S1 e S2, desenvolvidos pelo ISSB (International Sustainability Standards Board).

É nesse contexto que se insere a quarta pesquisa **Retrato da Sustentabilidade no Mercado de Capitais**, que realizamos em parceria com o Datafolha. Acompanhamos como as instituições financeiras lidam com a agenda ESG e o quanto ela está incorporada na estratégia das organizações. Realizado em 2025, quatro anos após a edição anterior, o levantamento não se limita a medir percepções: ele investiga práticas adotadas, barreiras enfrentadas, avanços na governança e o grau de maturidade com que o tema é tratado. Também permite mapear tendências, comparar perfis de atuação e apoiar o desenvolvimento de políticas, normas e iniciativas da própria Anbima.

Os resultados nas próximas páginas contribuem tanto para trazer um panorama do setor quanto para orientar a nossa atuação regulatória, técnica e institucional e o nosso engajamento com as instituições do mercado. A Anbima entende que essa agenda deve ser conduzida com pragmatismo. Incorporar o ESG é estratégico para

o desenvolvimento econômico do país, que conta com riqueza de ativos naturais, biodiversidade e natureza preservada, mas também com uma elevada desigualdade social. Transformar esse potencial em oportunidade depende da mobilização do mercado de capitais e da indústria de fundos — dado que a demanda por financiamento da transição é grande e não será suprida apenas com recursos públicos.

A boa notícia é que os dados a seguir mostram o mercado de capitais mais preparado para esse desafio. E a Anbima seguirá como parceira estratégica, apoiando o desenvolvimento de práticas sustentáveis que combinem viabilidade, ambição e impacto positivo.

Boa leitura!



SOBRE A PESQUISA

Aqui você encontra:

- Estrutura do documento com os temas abordados em cada bloco.
- Perfil das instituições respondentes: tamanho das equipes, patrimônio líquido e volume de ativos sob gestão.



As próximas páginas se dividem em quatro blocos de conteúdo: analisamos a relevância da sustentabilidade para as instituições; aprofundamos a avaliação por perfis de maturidade; colocamos uma lupa sobre as gestoras de recursos; e, por fim, reunimos as principais conclusões.

Quem participou da pesquisa?

A edição de 2025 contou com 206 instituições associadas ou aderentes às regras de autorregulação da Anbima. Três em cada quatro entrevistadas são gestoras de recursos: elas formam 74% da amostra da pesquisa. Também participaram bancos, securitizadoras, corretoras, distribuidoras e administradoras, o que amplia o olhar sobre as práticas ESG no setor financeiro como um todo.

Quem é quem na pesquisa?



A maioria das casas (51%) tem patrimônio líquido abaixo de R\$ 500 milhões e equipes de até 100 pessoas (81%). Ainda que sejam minoria, houve avanço na participação de instituições de médio e grande porte frente à edição anterior, o que mostra o aumento do interesse pela pauta ESG.

A maior parte dos profissionais que respondeu à pesquisa em nome das instituições ocupa cargos de diretoria (36%) ou gerência (14%), além de CEOs e presidentes (8%). Também predominam as áreas de Compliance, Risco, Operações e Gestão — times diretamente ligados à governança e à implementação de políticas internas.

COMO O MERCADO PERCEBE A SUSTENTABILIDADE?

Aqui você encontra:

- A importância da sustentabilidade para as instituições.
- A evolução de práticas e da integração do ESG no dia a dia.
- Barreiras e oportunidades na agenda de sustentabilidade.



O mercado financeiro continua dando muita importância para a sustentabilidade, mas com nuances entre as instituições. Enquanto parte delas está cada vez mais engajada e avança para práticas mais robustas e complexas, outro grupo apresenta dificuldades para evoluir ou se mostra menos interessado.

A maior parte das casas atribui alta relevância ao tema: 42% deram notas 9 e 10, o que reflete um entendimento consolidado sobre o papel da sustentabilidade no mercado. Nesse grupo, as principais justificativas são a associação do ESG a temas como **responsabilidade corporativa, visão de longo prazo e cultura institucional**. São organizações que já adotaram práticas – como capacitação de equipes, definição de políticas e criação de áreas dedicadas ao tema – e que percebem valor estratégico na integração da agenda.

31%

atribuem nota 10 à importância da sustentabilidade

80%

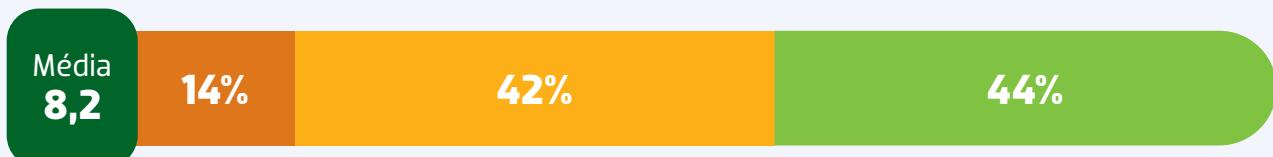
dão nota igual ou maior que 7 sobre o tema

Já as casas que deram notas intermediárias (7 e 8, equivalente a 38% da amostra) reconhecem a importância da pauta, mas estão ainda em **fase de estruturação**. A justificativa é que o foco recai sobre iniciativas pontuais, como revisão de processos internos, mapeamento de riscos ou intenção de evoluir. Em suma: a sustentabilidade está no radar, mas ainda não se conectou de forma profunda à estratégia de negócio.

No grupo que atribuiu as notas 0 a 6 (20%), predominam percepções de distanciamento: falta de apoio da liderança, pouca familiaridade com o tema ou a visão de que o ESG é algo secundário ou externo à realidade da instituição. Ainda assim, não há indiferença total. Muitas dessas casas reconhecem o potencial de evolução e apontam que a **pauta poderá ganhar espaço se houver incentivo adequado** – regulatório, competitivo ou reputacional.

Sustentabilidade segue com alta importância para o mercado

2021



2025



Notas de 0 a 6



Notas 7 e 8



Notas 9 e 10

Em 2025, a média geral de importância dada à sustentabilidade ficou em 7,9, uma nota alta, ainda que com leve queda em relação aos 8,2 registrados na edição anterior.

As instituições que deram nota máxima caíram 2 pontos percentuais. Os resultados indicam que a sustentabilidade segue como tema valorizado pelas instituições, ainda que haja uma leve mudança nas percepções – o que pode refletir uma abordagem mais crítica ou ponderada sobre o tema.

No retrovisor

Ao avaliar a percepção sobre a importância da sustentabilidade nos últimos 12 meses, percebemos que o tema continuou ganhando força, mas houve uma mudança no ritmo desse processo.

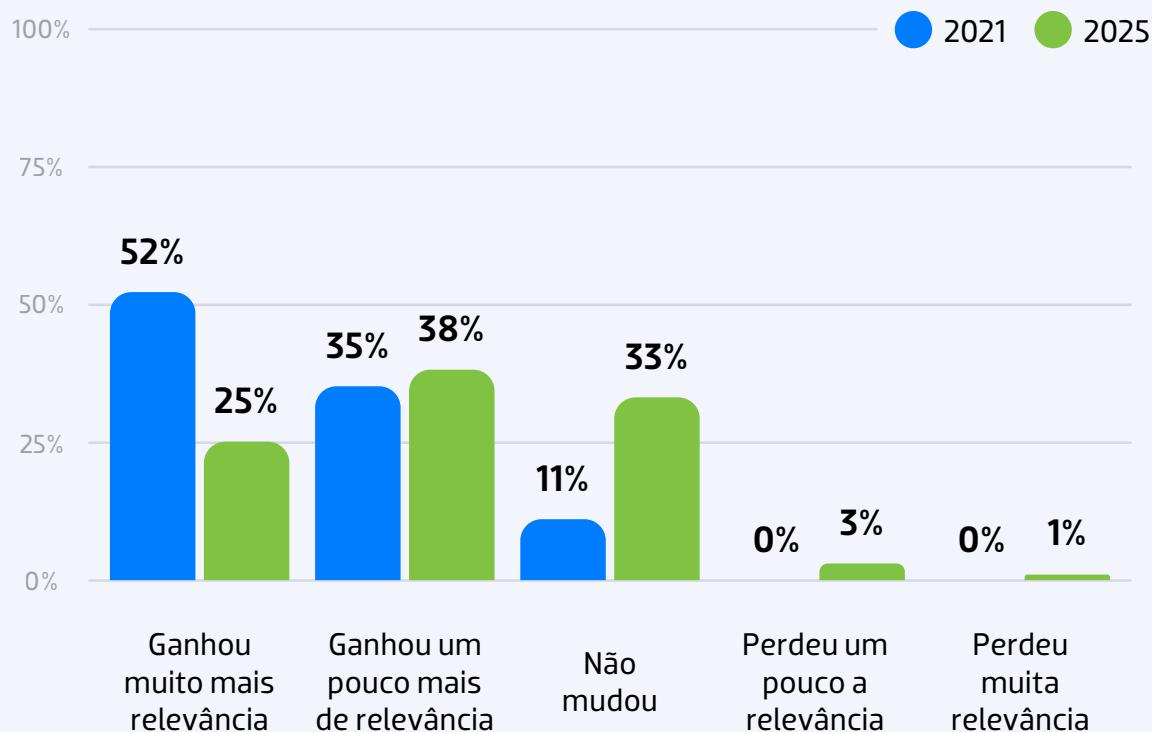
Se 52% das casas afirmavam em 2021 que a pauta havia ganhado muita importância nos 12 meses anteriores, desta vez o percentual foi de 25%. Já os que apontam um pouco mais de relevância cresceram de 35% para 38% e os que não notaram mudança subiram de 11% para 33%.

63%

afirmam que a sustentabilidade se tornou muito ou um pouco mais relevante para sua instituição nos últimos 12 meses.

Essa desaceleração pode indicar que a **sustentabilidade está mais integrada ao cotidiano institucional** e que o foco agora está na manutenção e no aprimoramento da pauta: se antes o tema era tendência, agora se consolida como realidade. Essa leitura é reforçada pelas expectativas futuras.

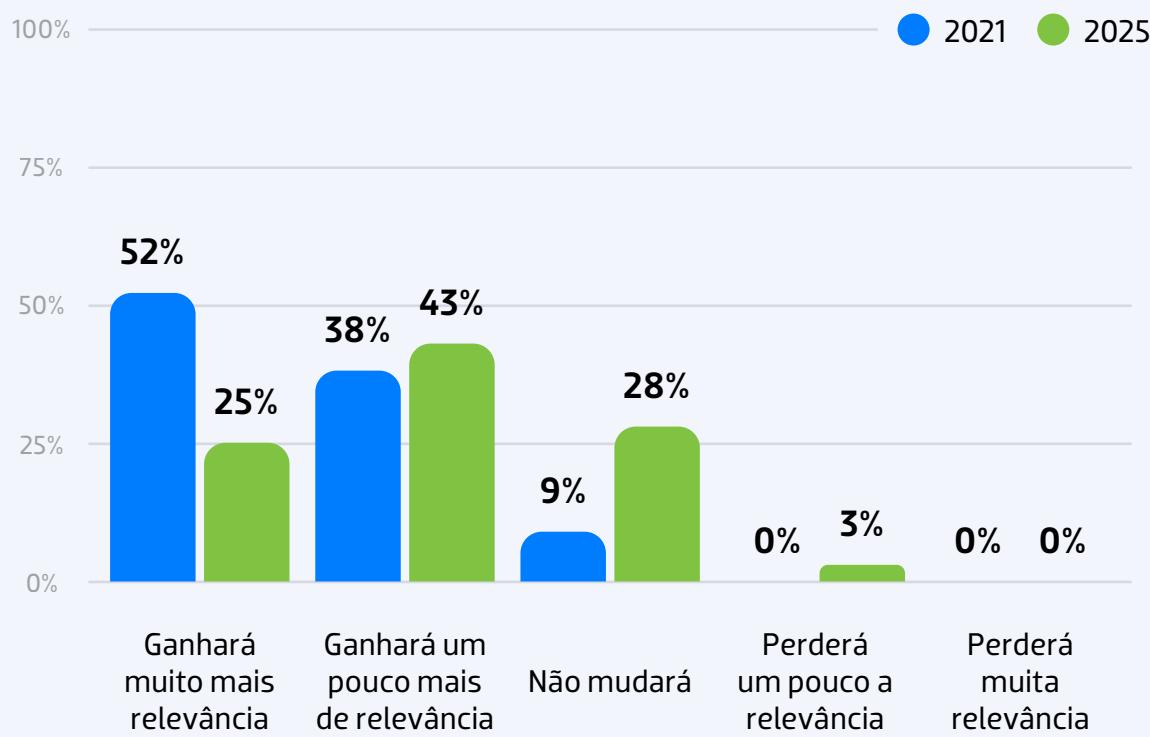
Mercado avalia que ESG ganhou relevância nos últimos 12 meses, mas em menor nível do que na pesquisa anterior



Daqui para frente

Duas em cada três instituições (68%) acreditam que a sustentabilidade ganhará muito mais ou um pouco mais de relevância nos próximos 12 meses, ao passo que 28% acreditam que a importância não vai mudar e apenas 3% creem que o tema perderá um pouco de importância na instituição.

Duas em cada três casas acham que sustentabilidade ganhará importância nos próximos 12 meses



A maioria do mercado também discorda de que a sustentabilidade esteja relacionada apenas à realidade estrangeira (87%) ou que tenha ganhado mais importância do que deveria (74%). Esses percentuais se mantiveram sem grandes mudanças frente a 2021, com uma ligeira queda de 4 e 1 pontos percentuais, respectivamente.

O movimento pode sinalizar uma **consolidação da agenda**, em que a adesão ao ESG está mais relacionada a um reconhecimento pragmático, ou seja, a um compromisso regulatório, reputacional ou estratégico.

No dia a dia

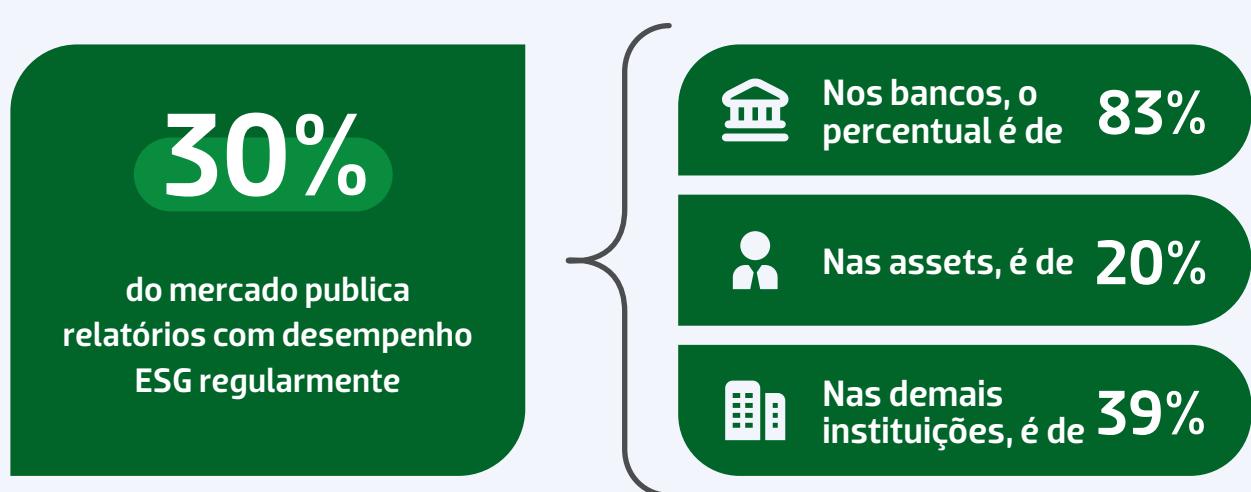
A avaliação pragmática é percebida por alguns números, que mostram que o tema não é apenas aspiracional para o mercado. Por exemplo, para 85% das instituições, a **sustentabilidade faz parte das atividades do dia a dia**, enquanto 78% contam com análise de indicadores ESG para a maior parte dos projetos ou alguns deles.

Essa realidade deve persistir, uma vez que muitas das casas fazem planos para aprofundar a atuação nos próximos 12 meses:

-  **Uma em cada três instituições deve estruturar ou fazer gestão de fundos sustentáveis (33%).**
-  **Uma em cada quatro casas pretende investir em títulos sustentáveis ou temáticos (26%) ou estruturá-los.**
-  **Uma em cada dez planeja estruturar ou fazer a gestão de projetos de blended finance (9%).**

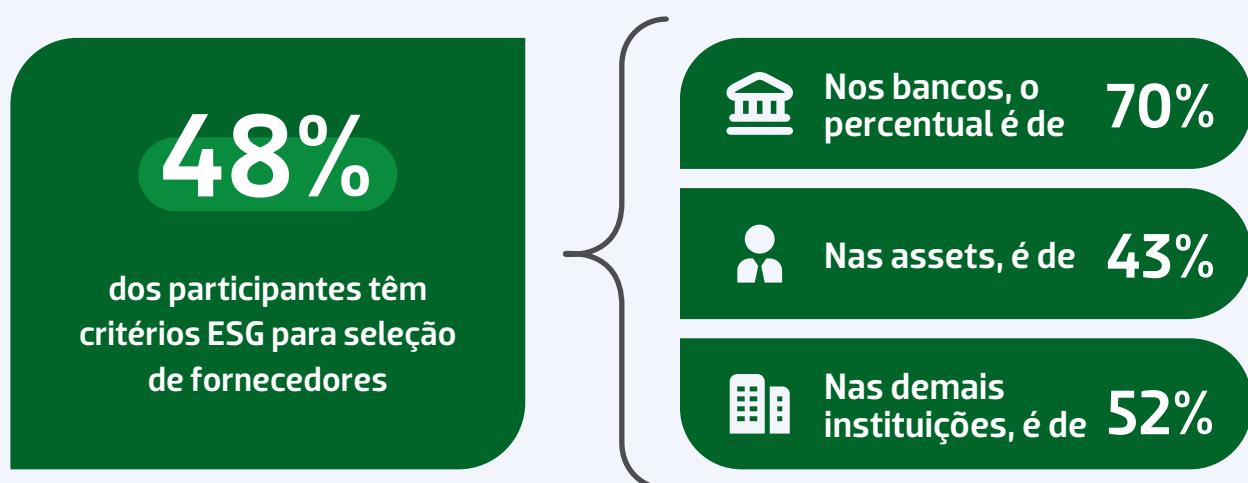
Algumas boas práticas de sustentabilidade ainda têm espaço para avançar no setor. Três em cada dez instituições (30%) afirmam elaborar e publicar regularmente relatórios sobre o desempenho ESG.

Essa resposta muda bastante de acordo com o tipo de instituição: os bancos são os que mais fazem relatos (83%), enquanto as assets são iniciantes nesse quesito (20%). Outras casas ficam no meio-termo (39%). Isso mostra que **evoluir em transparência e prestação de contas é um desafio** para consolidar a agenda em boa parte do mercado.



A diferença se explica, em parte, por particularidades regulatórias. Além de cumprir a Resolução 4.945 do CMN² (Conselho Monetário Nacional), que trata da implementação da PRSA (Política de Responsabilidade Socioambiental), os bancos devem publicar anualmente o GRSAC (Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticos), de acordo com a Resolução 139 do Banco Central. Outros fatores também influenciam a decisão de publicar relatórios ESG, como o grau de preparo da instituição e a disponibilidade de dados.

O cuidado com a cadeia de valor teve resultado mais positivo: cerca de metade do mercado (48%) adota critérios ESG na seleção de fornecedores. O número sobe para 66% no caso de empresas com mais de 50 funcionários e para 70% nos bancos.



Para refletir:

- Sustentabilidade continua importante para o setor financeiro; desafio está em transformar o reconhecimento do tema em compromisso estratégico consistente.
- A presença do ESG no cotidiano das instituições é expressiva e pode crescer ainda mais. Isso representa uma oportunidade de amadurecimento e alinhamento com padrões globais.
- Os diferentes níveis de maturidade entre instituições mostram que avanços regulatórios e estruturas internas bem definidas podem acelerar a integração do ESG, principalmente em segmentos com menos pressão normativa.



² [Resolução CMN 4.945](#)

PERFIS DE MATURIDADE NA AGENDA ESG

Aqui você encontra:

- Segmentação das instituições nos perfis de maturidade ESG.
- Características de cada perfil.
- Representatividade e evolução de cada perfil.



A sustentabilidade avança em ritmos diferentes entre as instituições do mercado de capitais — e isso não surpreende.

Mas qual é a representatividade daquelas que já estão nas etapas mais avançadas? E das que estão nas iniciais? Quantas ainda relutam em tomar medidas para incorporar práticas ambientais, sociais e de governança?

Para capturar essas diferenças e traçar um retrato da relação do mercado com a sustentabilidade, dividimos as instituições em cinco perfis de maturidade ESG, com base em respostas sobre percepções, estrutura e práticas.

Essa segmentação não considera o tipo ou o porte da instituição, mas sim a forma como cada uma entende e aplica a sustentabilidade no dia a dia. Os perfis vão de **desconfiado** — que percebe o ESG com ceticismo ou como obstáculo ao negócio — até **engajado** — para o qual a sustentabilidade está integrada à estratégia, aos produtos e à cultura organizacional. Confira a metodologia completa no penúltimo capítulo.

Os cinco perfis



7%

Desconfiado

Percebe a sustentabilidade como ameaça: tem dúvidas e conceitos equivocados sobre o tema.

características

- Avalia a sustentabilidade como obstáculo ao desenvolvimento do negócio.
- Usa critérios subjetivos para definir o que considera sustentável.
- Demonstra ceticismo e falta de clareza sobre os princípios ESG.
- Não implementa ações e não incorpora o tema aos compromissos e processos.

características

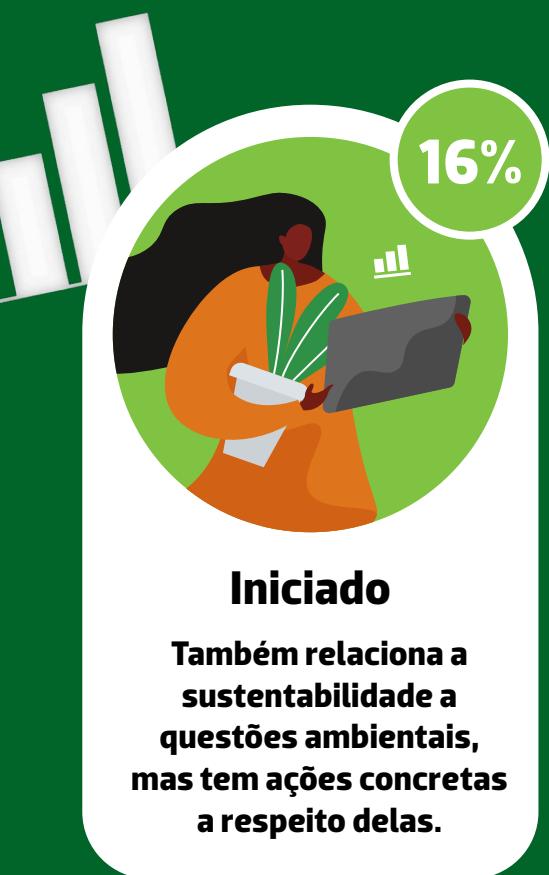
- Tem visão simplificada do tema: acredita que sustentabilidade é compromisso exclusivo com o meio ambiente.
- Acha que o assunto está muito distante dos negócios: por associarem o tema a questões ambientais, escritórios pequenos acham que causam pouco impacto no planeta (já que consomem poucos recursos naturais).
- Há descompasso entre o conceito de sustentabilidade e as práticas adotadas: baixo nível de implementação e disseminação de conceitos sobre o tema.
- Pode apresentar incoerências nas afirmações.

38%



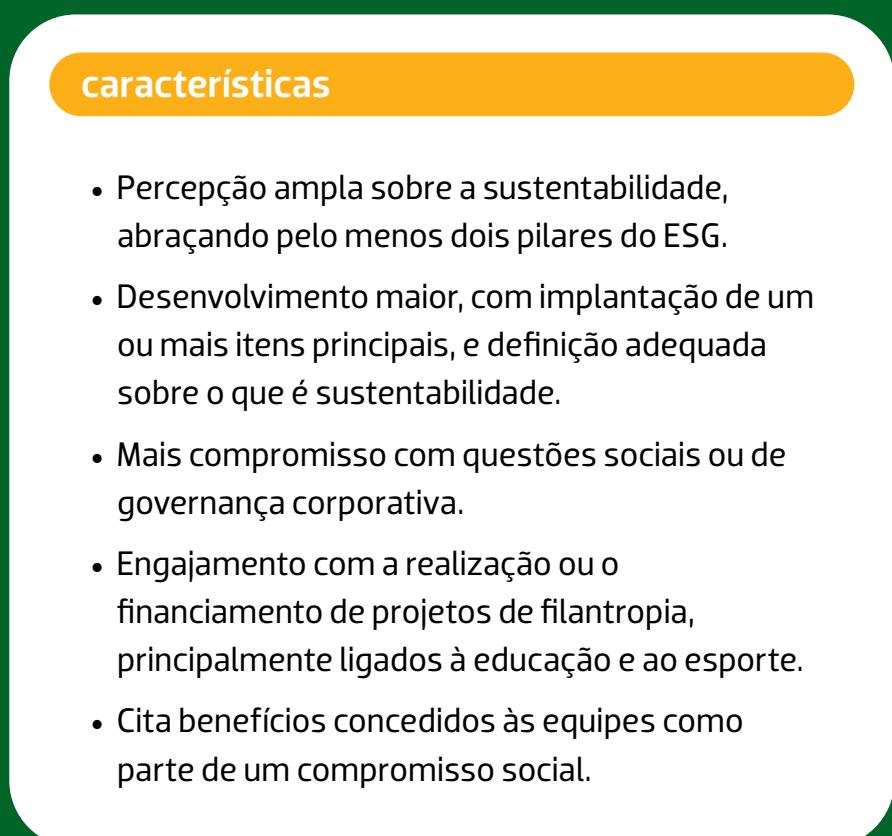
Distante

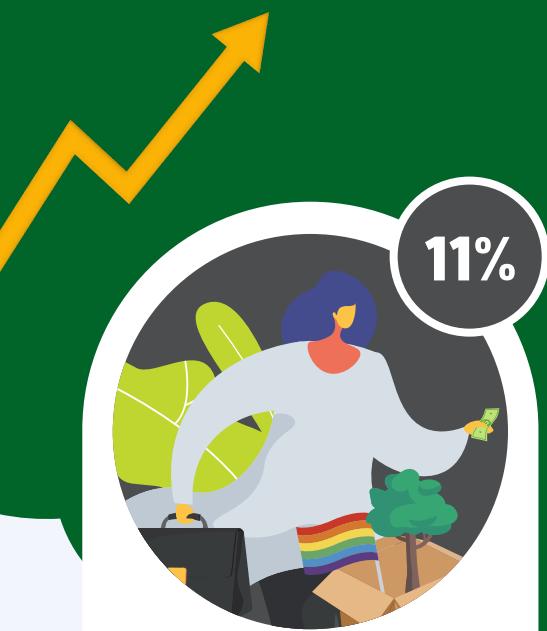
Relaciona sustentabilidade apenas a questões ambientais.



características

- Acredita que a sustentabilidade tem poder de transformar os negócios.
- Está se estruturando para incorporar a sustentabilidade no dia a dia dos negócios.
- Cita questões ambientais como exemplos de ações de impacto: uso de lâmpadas de LED, instalação de temporizadores nas torneiras, uso eficiente do ar-condicionado e coleta seletiva no escritório.
- Acredita que ações como digitalização de processos e assinaturas de documentos são contribuições importantes. Apesar de serem atitudes positivas, não influenciam diretamente na atividade principal da companhia.





Engajado

Considera a sustentabilidade como parte da estratégia: um compromisso importante e rentável.

características

- Total coerência entre conceitos e ações para trabalhar a sustentabilidade.
- Principais práticas ESG implementadas.
- Aspectos ESG permeiam as decisões estratégicas e exigem critérios transparentes da liderança.
- Entendimento claro de que a sustentabilidade precisa integrar a estrutura do negócio.
- Sustentabilidade resulta em produtos e serviços que honram os compromissos sociais, ambientais e de governança.
- Percepção de sustentabilidade além do negócio.

Qual é a representatividade de cada perfil?

A maior parte do mercado (83%) se encontra nos perfis de maturidade intermediários – distante, iniciado e emergente –, enquanto 17% ocupam os extremos – desconfiado e engajado. Isso sugere que o ESG está no radar da maior parte das casas.

De 2021 para cá, a **principal mudança foi entre os iniciados**: o número de instituições nesse perfil caiu pela metade, de 32% para 16%. Isso indica que essas casas migraram para duas direções: parte delas ganhou maturidade, evoluindo para os perfis mais avançados, emergente e engajado. A outra parcela assumiu posturas menos alinhadas ao tema, engrossando os grupos distante (passou de 35% para 38%) e desconfiado (foi de 4% para 7%).

A boa notícia é que, embora esses dois últimos perfis correspondam a grande parte do mercado (45%), o **principal crescimento se deu entre emergentes e engajados**. Juntos, eles subiram 10 pontos percentuais, passando de 29% para 39%, enquanto desconfiados e distantes cresceram 6 pontos percentuais na mesma base de comparação.

Perfis mais engajados são os que mais crescem no mercado



2021 4%

2025 7%



2021 35%

2025 38%



2021 32%

2025 16%



2021 22%

2025 28%



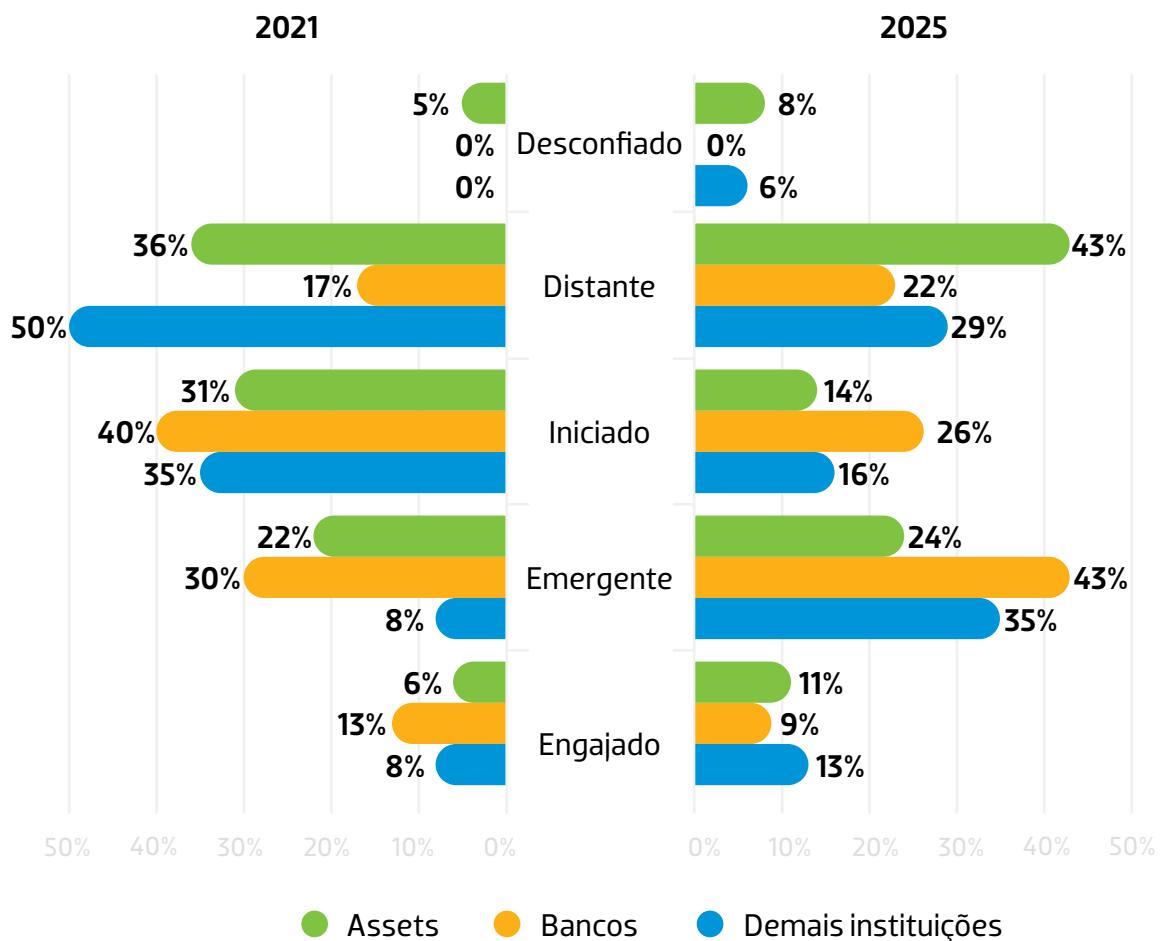
2021 7%

2025 11%

Bancos são as instituições mais avançadas em ESG



Perfis de maturidade por segmento



Quando analisamos as instituições por segmentos, observamos que **os bancos têm os maiores níveis de maturidade**: 52% deles estão nos perfis emergente e engajado. Eles também dominam o perfil iniciado desde 2021, mostrando que a maioria das casas tem alguma interação positiva com ESG.

Já as assets se concentram nos perfis de menor maturidade, desconfiado e distante (51%), mas estão avançando: o perfil emergente cresceu de 22% para 24%, enquanto o engajado quase dobrou: foi 6% para 11%.

Quando observamos outras instituições, que incluem corretoras, distribuidoras e securitizadoras, o principal avanço foi a queda no perfil distante, parcela que saiu de 50% para 29% do segmento. Ao mesmo tempo, o arquétipo emergente quadruplicou de tamanho (de 8% para 35%) e o engajado cresceu de 8% para 13%.

As instituições com R\$ 500 milhões a R\$ 1 bilhão de ativos sob gestão (que estão entre as de menor porte) foram as únicas que cresceram no perfil desconfiado. Esse comportamento pode ser reflexo da entrada de um novo grupo de assets que ainda não se aproximou da agenda ESG.

Dentre as empresas com maior PL (acima de R\$ 50 bilhões), praticamente todas estão no perfil emergente ou engajado, indicando que, **quanto maior o patrimônio líquido, maior o engajamento.**

O tamanho das instituições também influencia: quanto maior a casa, mais próxima ela está da agenda ESG. Instituições com equipes enxutas, de até 10 pessoas, se concentram entre desconfiados e distantes (59%), enquanto aquelas que têm 51 pessoas ou mais estão majoritariamente entre emergentes e engajados (52%).

Principais desafios



Perfis desconfiado e distante

O principal desafio é romper a inércia e promover uma mudança cultural. Isso passa pela **sensibilização das lideranças** quanto à relevância estratégica da sustentabilidade, não apenas do ponto de vista reputacional, mas também em termos de gestão de risco, eficiência operacional e acesso a capital. Enfim, negócios!

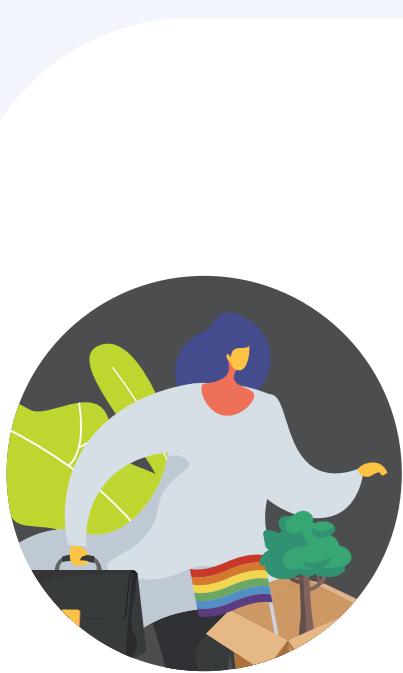
Essas casas podem se juntar à Anbima para adquirir conhecimento, participando das nossas trilhas de capacitação e de espaços como a Rede de Sustentabilidade para troca de experiências. As jornadas de capacitação que oferecemos também são ferramentas-chave para esse público e podem dar um norte sobre como e por onde começar.



Perfis iniciado e emergente

A prioridade é a **estruturação do tema**. Essas instituições reconhecem a importância, mas ainda enfrentam desafios na consolidação da sustentabilidade. Para avançar, é preciso formalizar políticas ESG, estabelecer áreas ou profissionais dedicados ao tema e adotar objetivos, indicadores e metas para medir desempenho e progresso.

A aproximação da Rede ANBIMA de Sustentabilidade pode contribuir com capacitação e boas práticas que apoiam as casas a avançar na agenda. A troca de experiências com outras casas em estágio mais avançado, em ambientes como a Rede, fóruns ou conferências ESG, também pode ser aliada.



Perfil engajado

A próxima etapa para essas instituições é **expandir ainda mais a atuação**, influenciando positivamente o mercado. Essas casas integram o ESG à estratégia e à operação, mas podem evoluir no desenvolvimento de produtos financeiros ESG, como títulos rotulados e fundos temáticos.

O fortalecimento das práticas de engajamento com investidas, o exercício sistemático do voto em assembleias e a incorporação dos novos referenciais internacionais também são caminhos para ampliar impacto e credibilidade.

Nossa atuação com essas casas é servir como ponto de convergência e articulação, promovendo o intercâmbio de experiências e o alinhamento técnico necessário para elevar ainda mais a barra do mercado em ESG.

ZOOM NAS GESTORAS DE RECURSOS

Aqui você encontra:

- Como as assets incorporam critérios ESG na análise e na gestão dos investimentos.
- Temas, critérios e abordagens mais considerados nas avaliações de sustentabilidade.
- Informações sobre estrutura interna e engajamento com empresas investidas.
- Estabelecimento de metas ESG e adesão a compromissos voluntários.



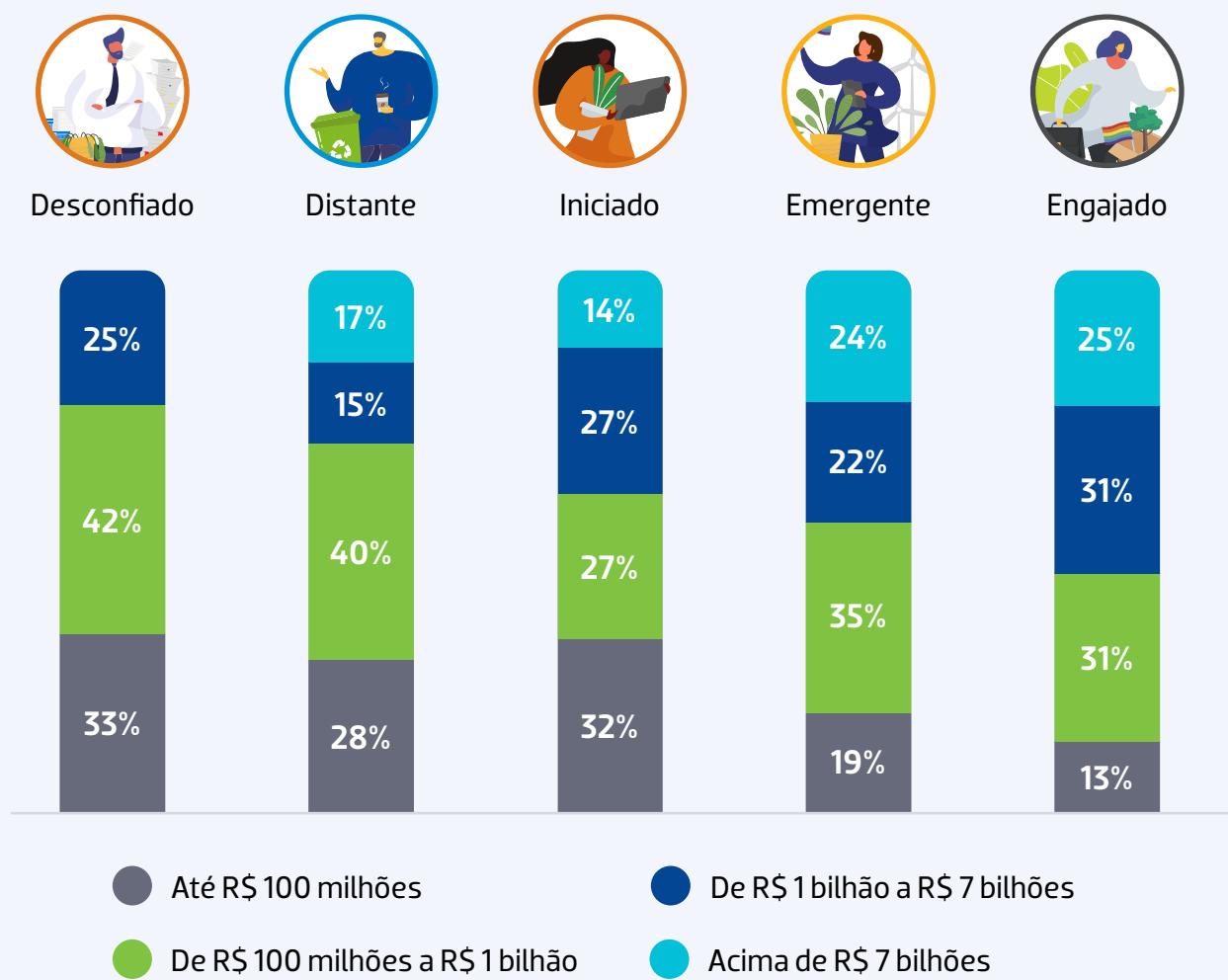
As assets merecem um capítulo só para elas. Além de representarem 74% do total de instituições entrevistadas, elas participaram das duas primeiras edições da pesquisa, o que nos permite fazer uma análise mais ampla e entender a evolução das práticas ESG no segmento.

Essas casas também lidam com particularidades regulatórias e operacionais. Ao contrário dos bancos, por exemplo, as gestoras não estão sujeitas a exigências como as do Banco Central no que diz respeito à sustentabilidade. Isso faz com que os avanços em ESG dependam de decisões voluntárias, como adesão à autorregulação, ou pressões de mercado.

Assim como no restante do mercado, as diferenças no tamanho das instituições influenciam as posturas que adotam em ESG. O setor tem desde gestoras pequenas, com menos de 10 pessoas e focadas na administração de recursos próprios, até estruturas maiores, com centenas de pessoas e carteiras na casa dos bilhões.

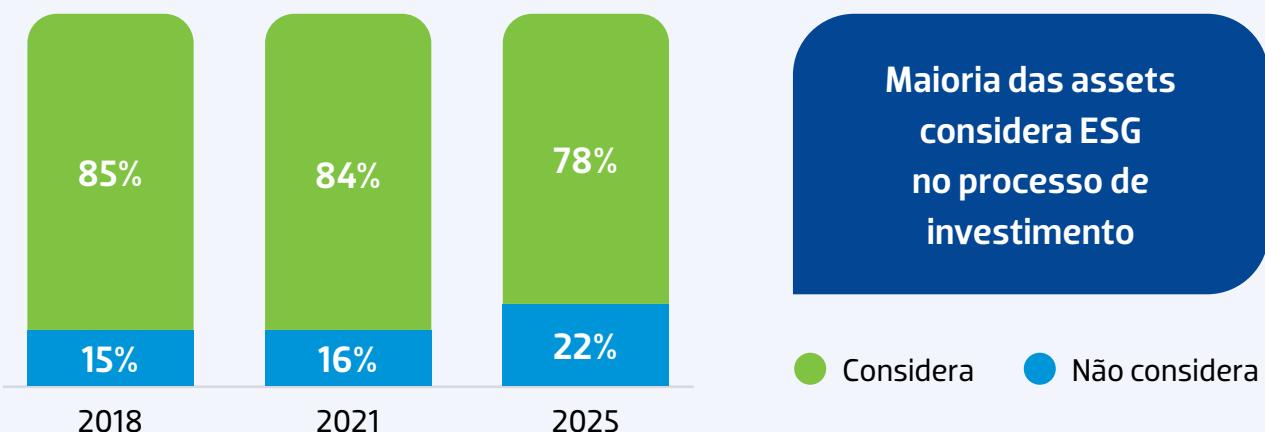
As casas com carteiras maiores aparecem nos perfis mais avançados — emergente e engajado — e contam com estruturas mais bem definidas para a gestão da sustentabilidade. Já as de menor porte enfrentam mais desafios para institucionalizar o ESG e aparecem principalmente nos perfis iniciado e distante.

Porte das assets tem relação com engajamento em ESG



Ativos com avaliação ESG

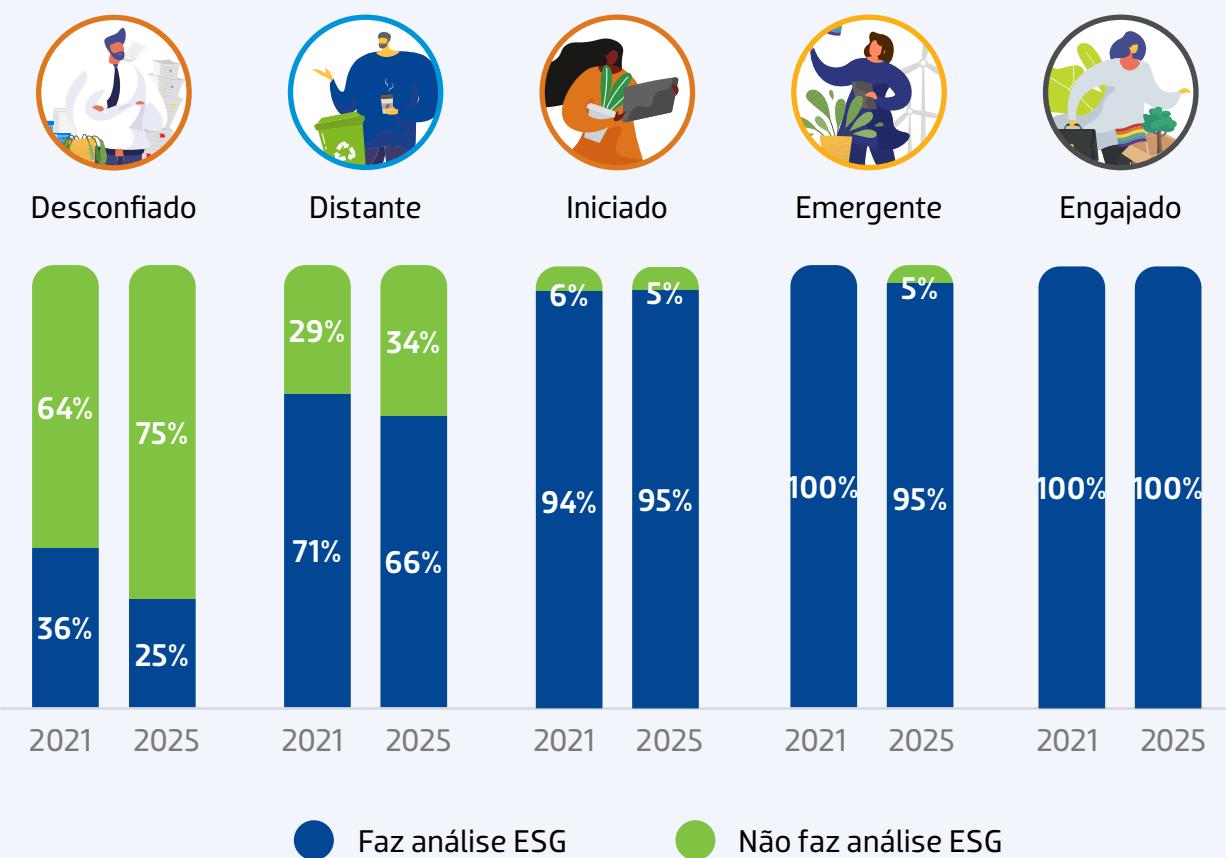
A maior parte das gestoras (78%) considera o impacto das questões ESG na hora de tomar decisões de investimento. Essa parcela segue alta desde 2018, mas houve um recuo de 6 pontos percentuais frente a 2021. Os dados podem indicar um movimento de consolidação do tema ou a redefinição de prioridades no setor.



Maioria das assets considera ESG no processo de investimento

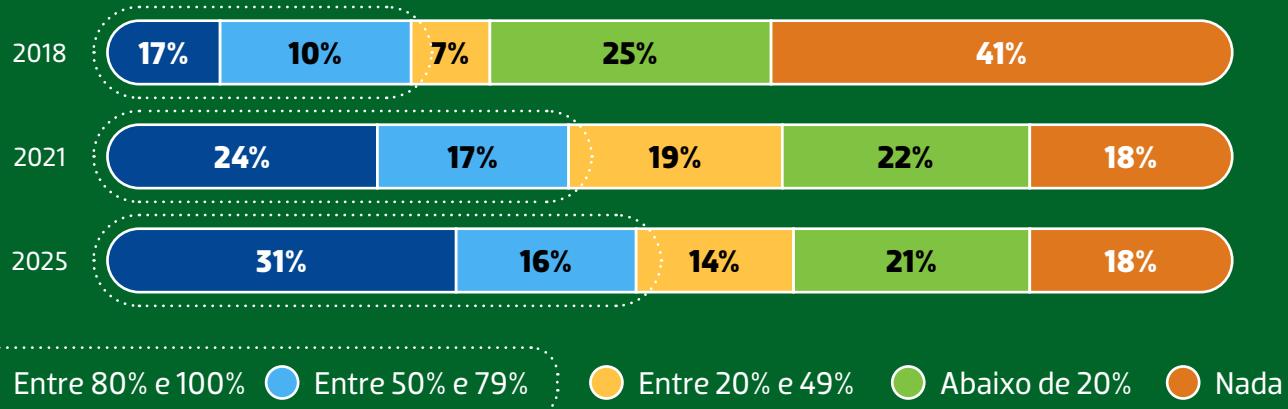
Mas esse movimento não é homogêneo no mercado. Quando entramos nos dados por perfil, notamos que **todos os engajados fazem avaliação ESG e, dentre os iniciados e emergentes, quase a totalidade** (95% das casas, em ambos). A queda no percentual geral se explica pelos desconfiados e distantes, que recuaram 11% e 5%, respectivamente.

Mais de 95% das assets nos perfis emergente e engajado faz análise ESG em investimentos



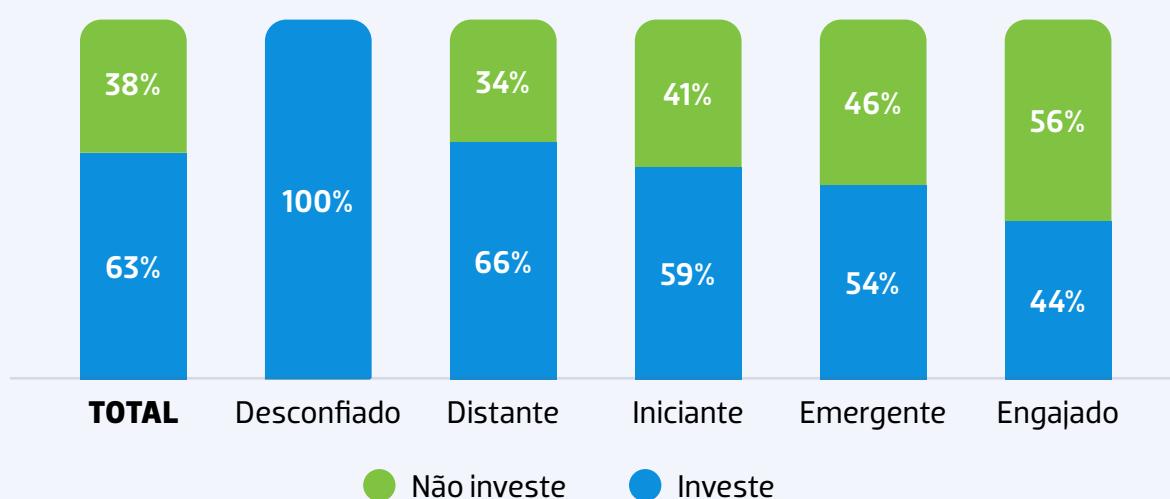
Outra boa notícia é que **segue crescendo a parcela das gestoras que tem mais da metade dos ativos sob gestão com avaliação ESG**: elas avançaram de 27%, em 2018, para 41% em 2021 e 47% em 2025.

Cresce a fatia das assets que fazem avaliação ESG de mais da metade do portfólio



Também é possível medir a incorporação do ESG por outro indicador: quatro em cada dez gestoras disseram ter excluído ou deixado de investir em algum papel por questões ESG nos últimos 12 meses. O comportamento é mais comum entre as casas engajadas (56%) e entre as que têm patrimônio acima de R\$ 500 milhões (52%).

Cresce percentual de gestoras que não investem em ativos com baixo desempenho ESG

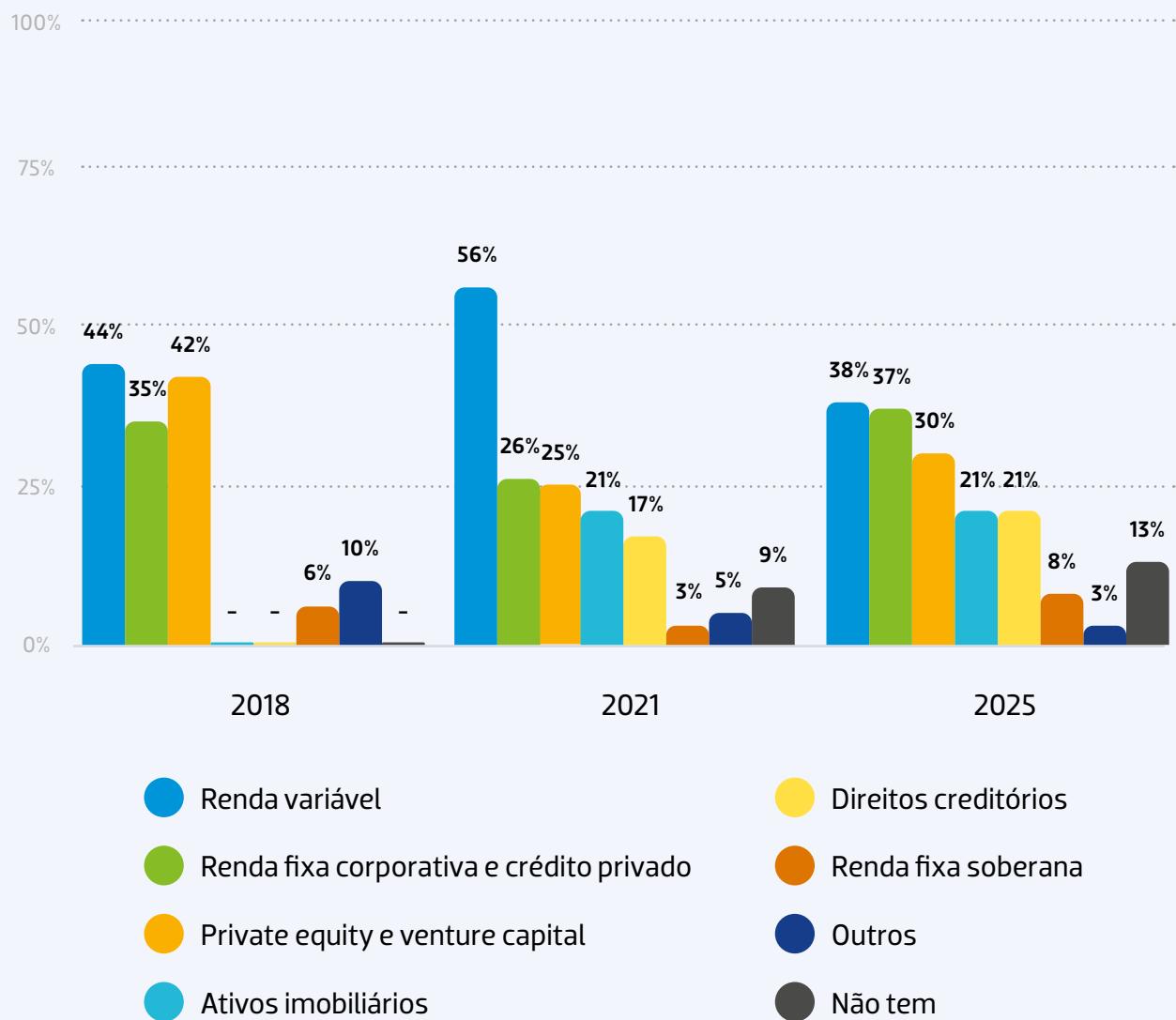


Classes de ativos analisadas

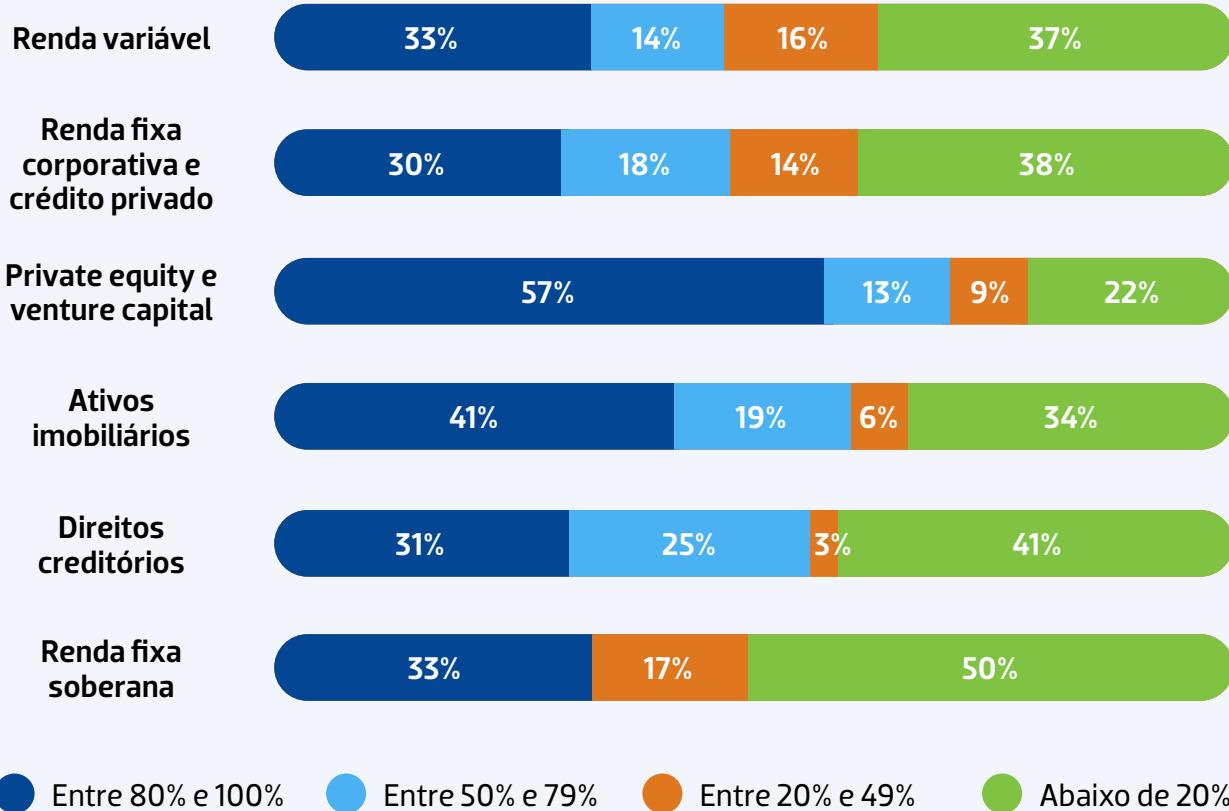
A análise ESG alcança a maioria das classes de ativos, com destaque para renda variável (38%) e renda fixa corporativa (37%), o que pode estar ligado à **pressão de investidores institucionais**.

Quando mergulhamos no percentual de ativos analisados em cada classe, o destaque fica com **private equity e venture capital**: 70% das casas fazem gestão ESG de mais da metade do portfólio. O mesmo acontece com os ativos imobiliários, com 60% das gestoras analisando mais que 50% desses papéis com critérios ESG.

Renda variável e renda fixa corporativa são principais classes de ativo com análises ESG



Percentual de ativos das gestoras analisados com critérios ESG em cada classe



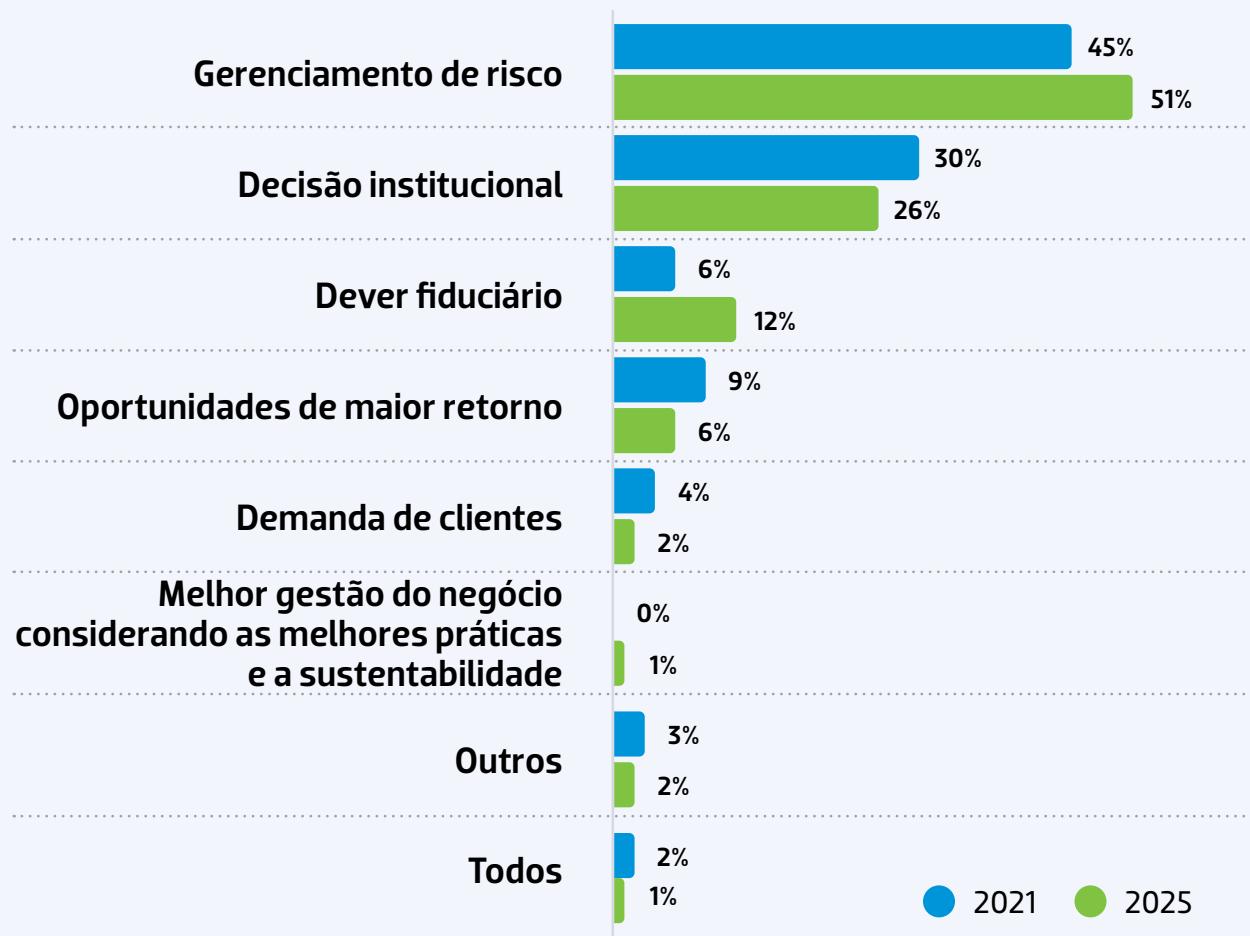
Motivos para fazer a análise ESG

A gestão de riscos é o principal motivo para as assets integrarem ESG no processo de investimentos, com 51% das respostas, 6 pontos percentuais a mais que em 2021 (45%). A alta mostra a evolução da percepção das assets de que esses aspectos são uma forma eficaz de mitigar riscos relevantes para os negócios.

Em segundo lugar aparece a **decisão institucional** (26%), que envolve diretrizes estratégicas. O resultado mostra um pequeno recuo frente à edição anterior (30%), o que sugere espaço para ampliar o entendimento da sustentabilidade dentro das estratégias das casas.



Gestão de riscos é principal motivo para integrar ESG em investimentos



Abordagens usadas na análise

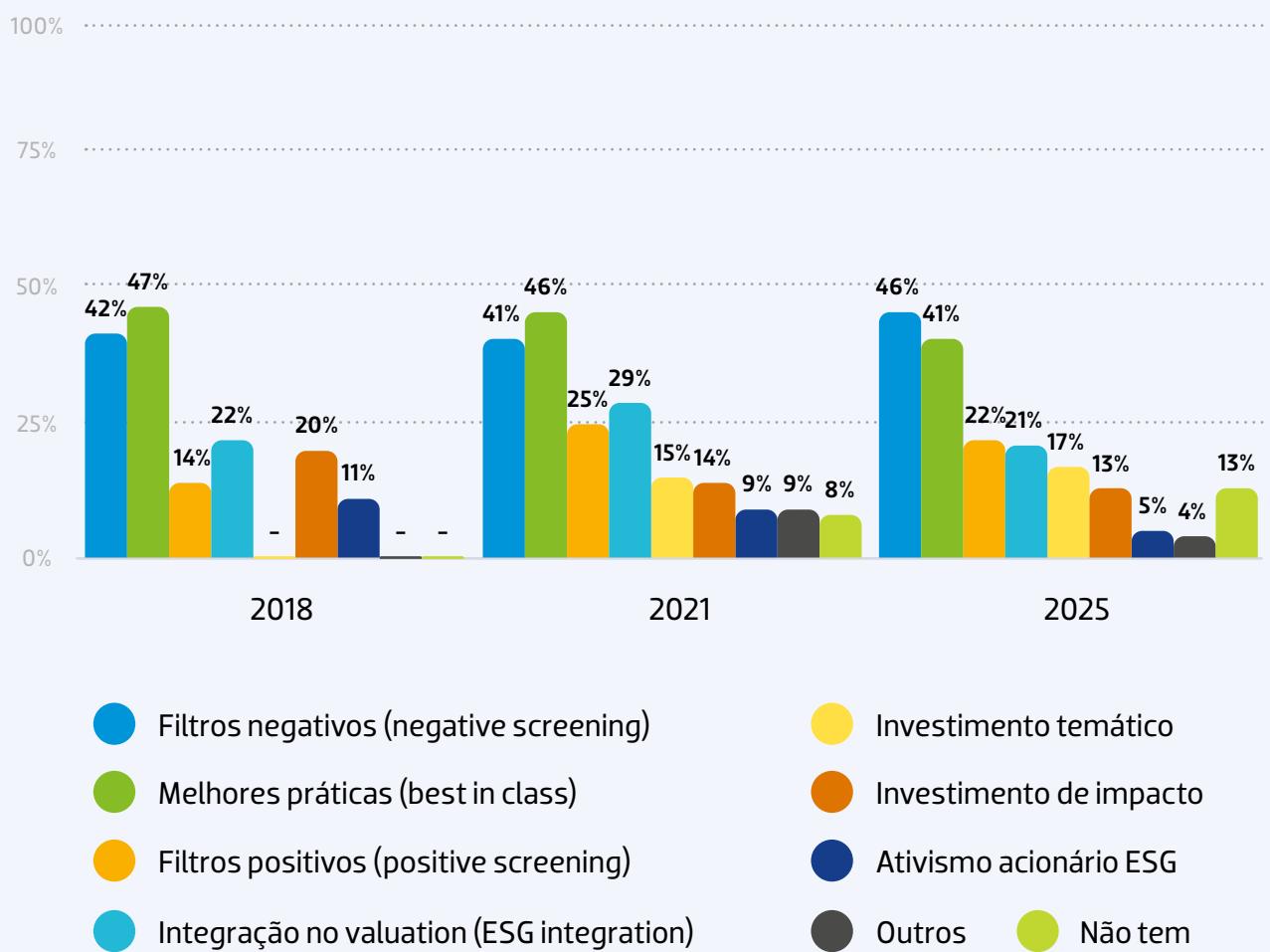
As assets podem recorrer a uma série de abordagens na hora de incorporar o ESG às decisões de investimentos. A maior parte opta por **filtros negativos** (46%), ou negative screening, que são o voto a investimentos devido ao alto risco social e ambiental que representam – por exemplo, a decisão de não investir nos setores bélicos, de energia nuclear e de bebidas alcoólicas. Os filtros negativos também são os que mais impactam a carteira: metade das casas que usam esse modelo aplicam os critérios ESG em mais da metade do portfólio.

Na sequência, aparece a seleção por **melhores práticas** (41%), ou best in class. Esse método funciona como um ranking: são selecionados os critérios ESG para avaliação de um determinado setor ou projeto e, a partir dessa análise, são definidos os melhores ativos para receber o investimento. Esse tipo de verificação consegue capturar as possíveis vantagens competitivas entre empresas do mesmo setor.

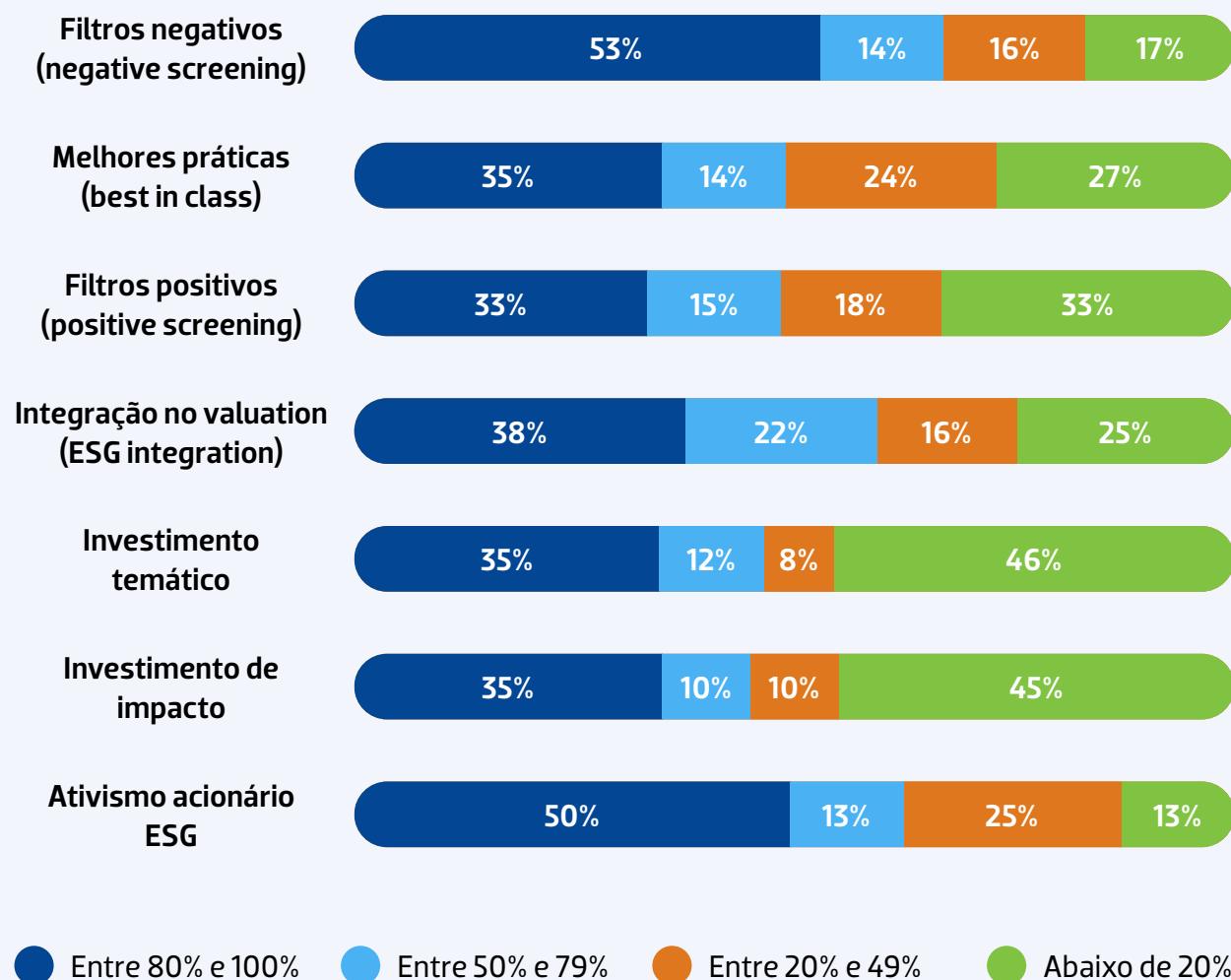
Os **filtros positivos** (positive screening) ocupam o terceiro lugar (22%). Eles funcionam de forma semelhante aos filtros negativos, mas, em vez de excluir os ativos, incluem os que atendem a critérios e normas determinados. Por exemplo, se uma empresa define a redução das emissões de carbono como um tema importante (ou material), ela selecionará setores e empresas que tenham uma política ativa para esse tema.

A **integração no valuation** (ESG integration) é adotada por uma a cada cinco instituições (21%). Trata-se de uma estratégia para capturar os impactos que determinados fatores ESG terão no futuro da empresa, seja no perfil de risco, seja na geração de lucro. Por exemplo: um modelo de análise financeira pode aplicar um desconto no valuation de uma empresa do setor automotivo que não tenha projeto de produção de carros elétricos.

'Filtros negativos' e 'melhores práticas' são abordagens ESG mais usadas pelas assets na análise de ativos



Percentual de ativos da gestora analisados por cada abordagem ESG

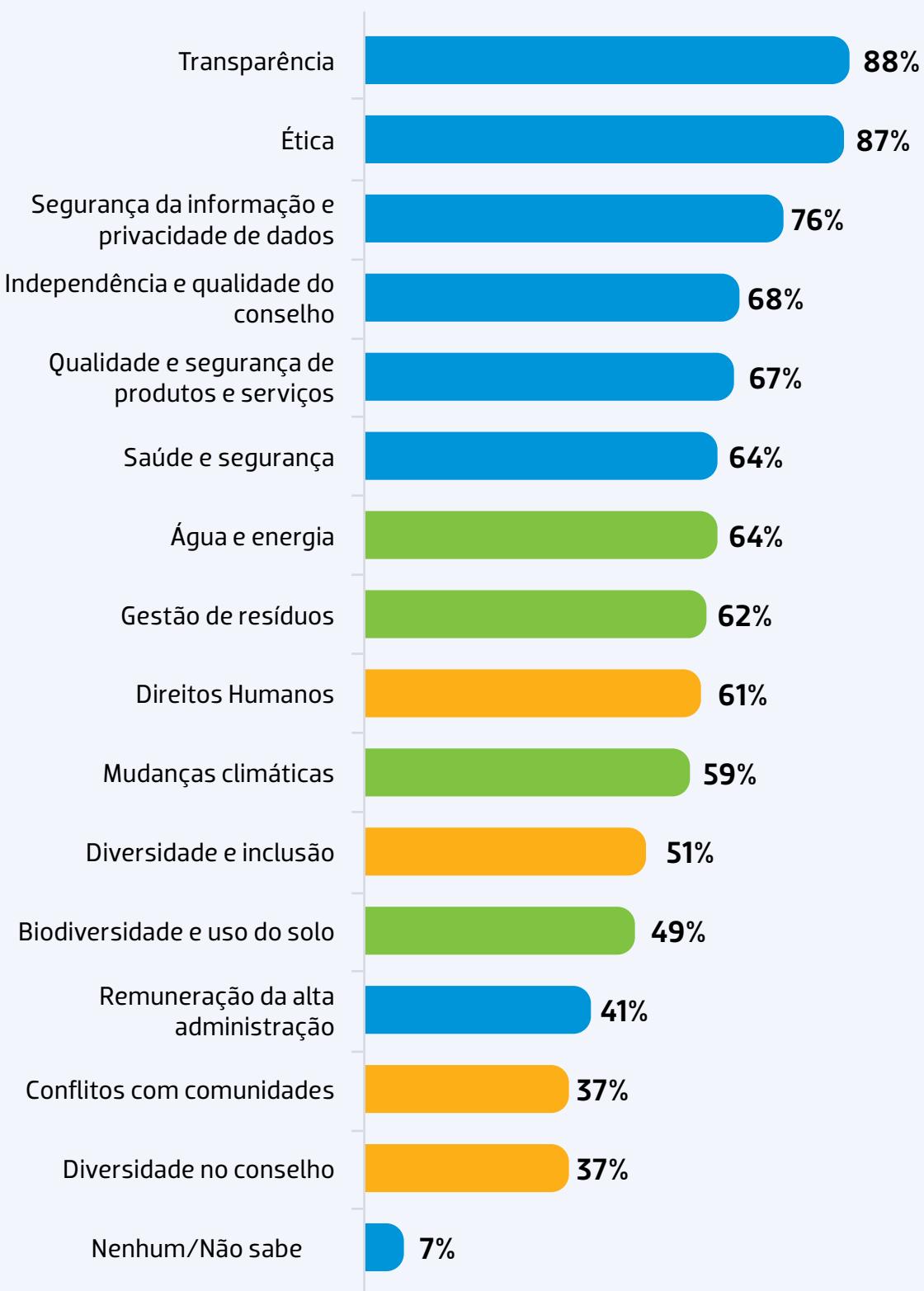


Critérios usados na gestão de risco

A análise ESG nas gestoras de recursos tem considerado, principalmente, questões de governança corporativa. Os dados mostram que transparência (88%), ética (87%), segurança da informação (76%) e qualidade do conselho (68%) foram os critérios mais lembrados.

Os temas ambientais aparecem na sequência, como água e energia (64%) e gestão de resíduos (62%), enquanto a lanterna fica com temas sociais, como diversidade no conselho e conflitos com comunidades (ambos com 37%). Mesmo assim, muitas casas – principalmente as mais maduras – dizem que pretendem dar mais atenção a esses fatores nos próximos anos.

Riscos que foram mais avaliados nos últimos anos



● Governança

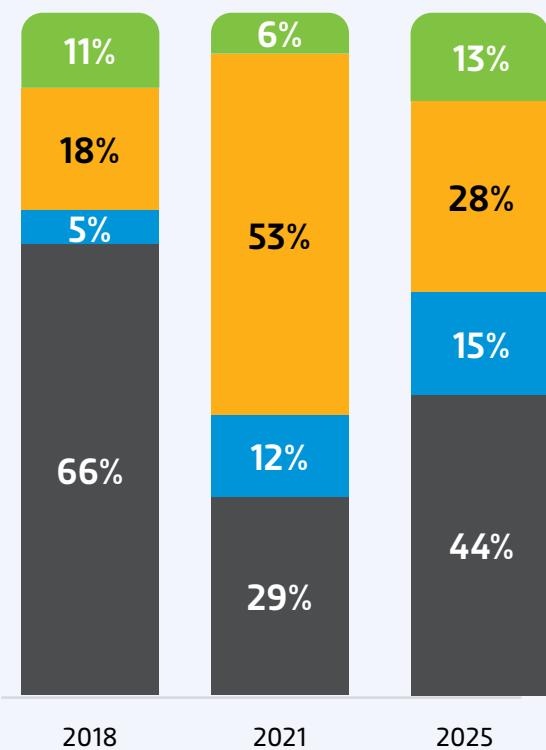
● Ambiental

● Social

Vale ressaltar que, apesar da divisão dos riscos entre ambientais, sociais e de governança, alguns podem se encaixar em mais de uma categoria. Um exemplo são as mudanças climáticas bem como saúde e segurança, que podem ser entendidos como socioambientais.

Instituições com estruturas dedicadas a ESG

Já quando a pauta é ter uma área na instituição dedicada ao ESG, a evolução é heterogênea. Mais que dobrou o percentual de gestoras que têm uma estrutura separada para cuidar de sustentabilidade (evolução de 6% para 13%, de 2021 a 2025). O outro extremo também ganhou espaço: as casas sem estrutura dedicada subiram de 29% para 44%.



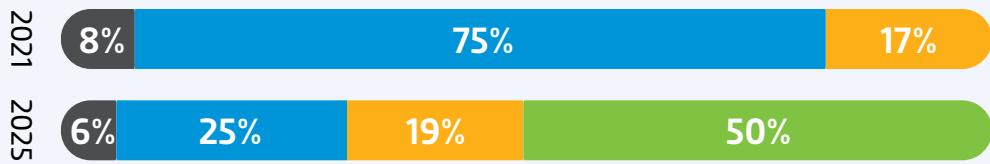
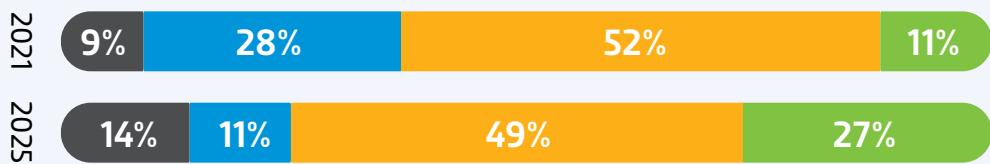
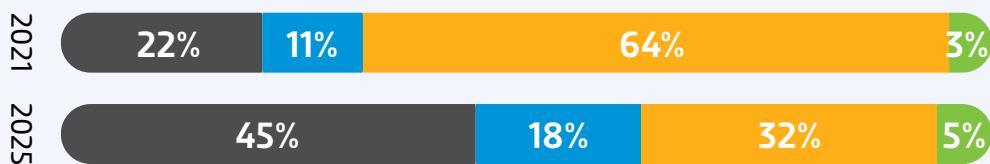
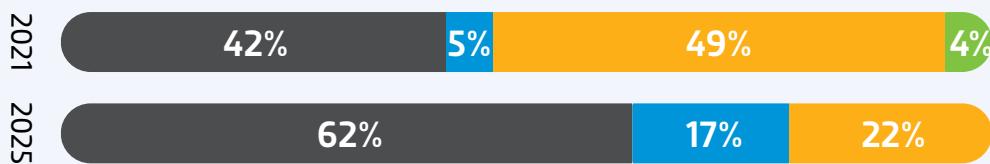
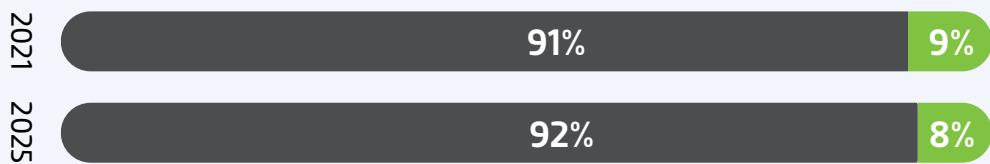
Mais da metade das assets tem estrutura para tratar sustentabilidade

- Possui estrutura separada responsável pelo tema
- Não tem área específica, mas conta com funcionários diretamente envolvidos ou treinados
- Não, mas possui comitê específico dedicado ao tema
- Nenhuma das anteriores

A falta de áreas específicas para ESG é mais evidente em instituições menores, que tendem a adotar modelos de gestão mais enxutos, descentralizados ou terceirizados.

Quando analisamos os perfis, as casas iniciadas, emergentes e engajadas seguiram uma trilha de amadurecimento e criaram áreas separadas para fazer a gestão da sustentabilidade. Nos demais, a dinâmica se deu no sentido inverso e aumentou a proporção daquelas sem estrutura para o tema.

Assets nos perfis emergente e engajado caminham para estruturas mais robustas na gestão da sustentabilidade



● Possui estrutura separada responsável pelo tema

● Não tem área específica, mas conta com funcionários diretamente envolvidos ou treinados

● Não tem área específica, mas possui comitê específico dedicado ao tema

● Nenhuma das anteriores

O tamanho das equipes ou o número de pessoas envolvidas com gestão ESG se manteve estável de 2021 para cá (54% em ambos os anos).

No caso das gestoras com estrutura ou com pessoas diretamente envolvidas, existe um padrão: esses times geralmente se reportam às áreas de Risco, Compliance e Gestão, que são tradicionalmente associadas à governança corporativa. Esse vínculo pode indicar uma integração crescente da pauta ESG às estruturas centrais da tomada de decisão.

Outro destaque é o **investimento em treinamento e capacitação**: mais da metade das assets afirmou prover formações sobre sustentabilidade para as equipes.

53%

das gestoras têm profissionais
treinados em ESG

58%

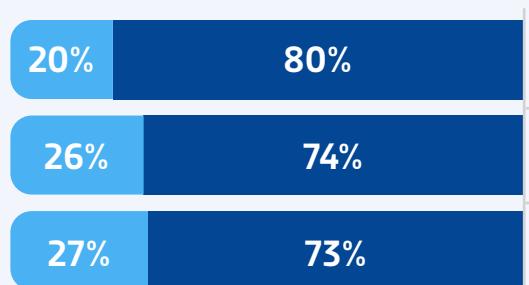
das assets com funcionários
envolvidos no tema oferecem
treinamento ESG às equipes

Banco de dados interno

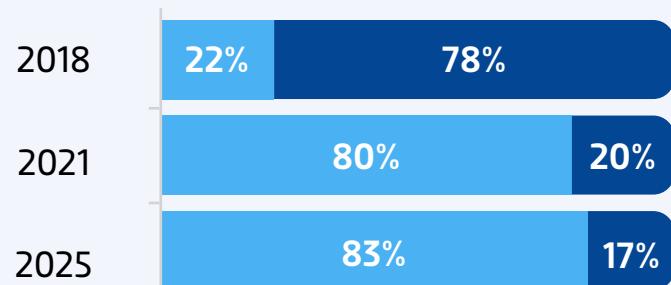
Pouco mais de um quarto das instituições (27%) tem banco de dados interno sobre produtos ESG. Essa estrutura é importante para apoiar decisões de investimento e para direcionar a estratégia de sustentabilidade da gestora.

O percentual é ligeiramente superior ao da edição anterior (26%), assim como a parcela das pessoas funcionárias que têm acesso aos dados – cresceu de 80% para 83%.

Posse de banco de dados



Acesso das equipes aos dados



● Tem banco

● Não tem banco

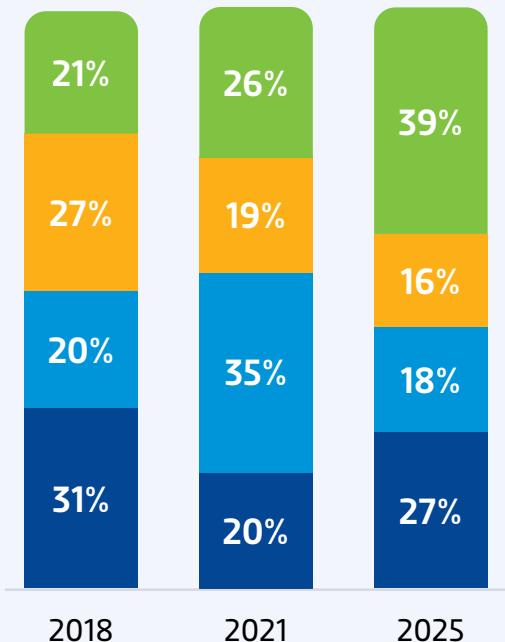
● Acessa o banco

● Não acessa o banco

Políticas de investimento responsável

Um dos pontos de evolução mais evidentes foi o aumento da formalização de políticas de investimento responsável. **Mais da metade das gestoras (55%) conta com documentos internos sobre o tema**, com diretrizes, definição de responsabilidades e critérios de materialidade.

Esse movimento mostra um amadurecimento institucional que, além do cumprimento de expectativas externas, também representa um esforço para integrar critérios ESG à estratégia de gestão.



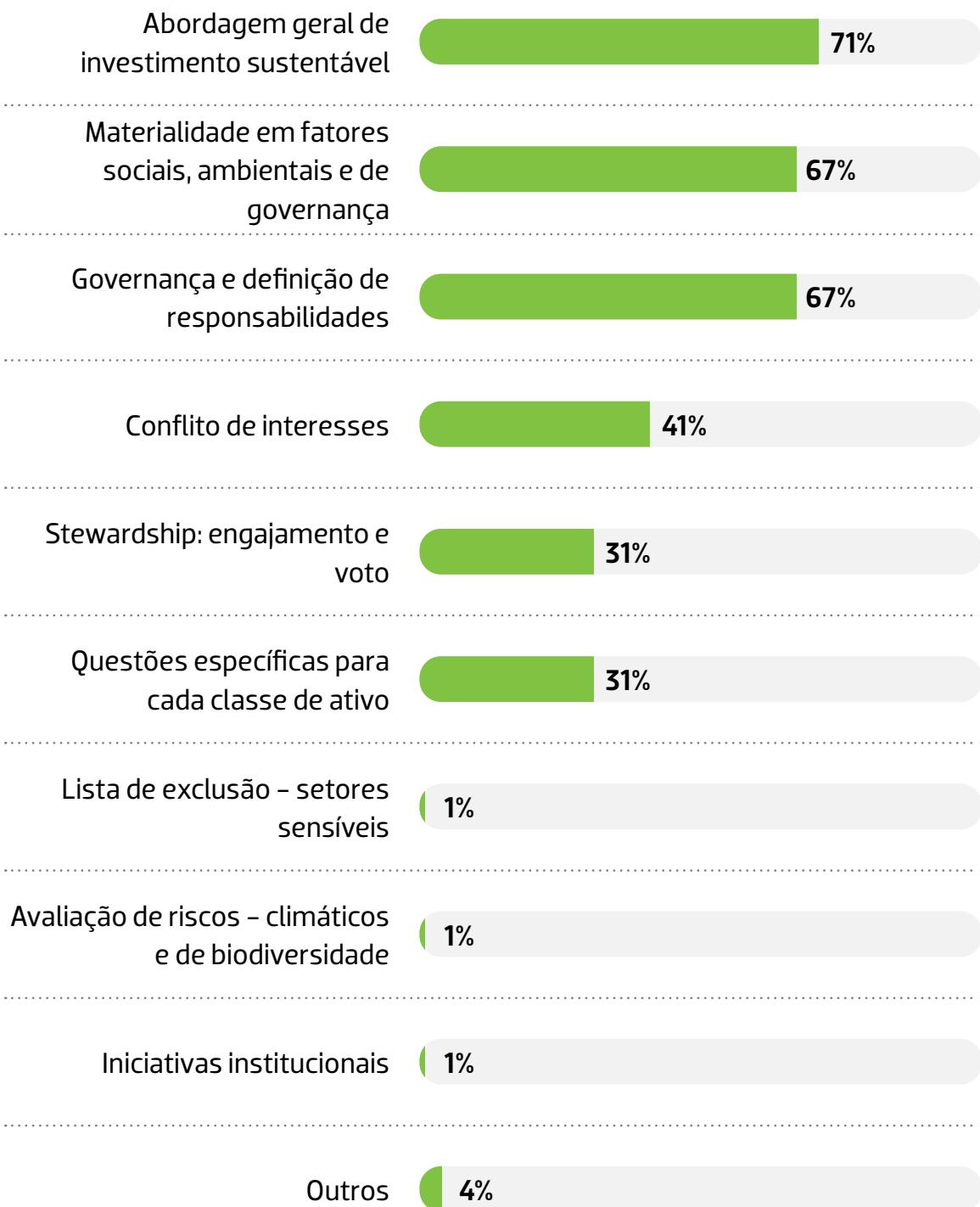
Maioria das gestoras tem documento formal sobre investimento responsável

- Sim, política específica sobre investimento responsável
- Sim, documento geral da instituição sobre o tema
- Não, mas está em desenvolvimento
- Não tem política nem documento formal

Analizando mais a fundo os assets que possuem políticas de investimento responsável. O objetivo foi mapear quais são os tópicos mais recorrentes nesses documentos.

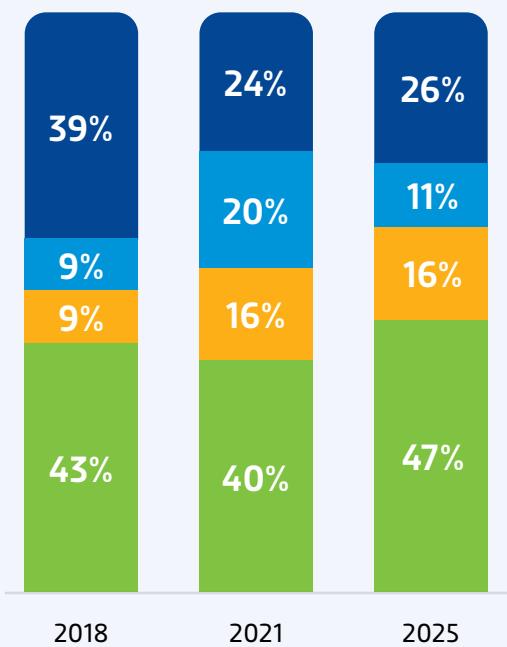
A maioria das políticas (entre as gestoras que as possuem) traz abordagem geral sobre investimentos sustentáveis (71%), materialidade (importância) dos temas em relação a fatores ESG (67%), assim como a governança e definição de responsabilidades ao tratar da pauta (67%).

Tópicos mais abordados dentre as gestoras que têm políticas de investimento



Engajamento com empresas investidas

O engajamento com empresas investidas – prática essencial para influenciar decisões e aprofundar análises ESG – é feito por mais da metade do mercado (53%). O resultado teve queda de 7 pontos percentuais frente a 2021, mas cresceu o percentual daquelas que interagem com objetivo de influenciar a gestão da empresa (de 24% para 26%).



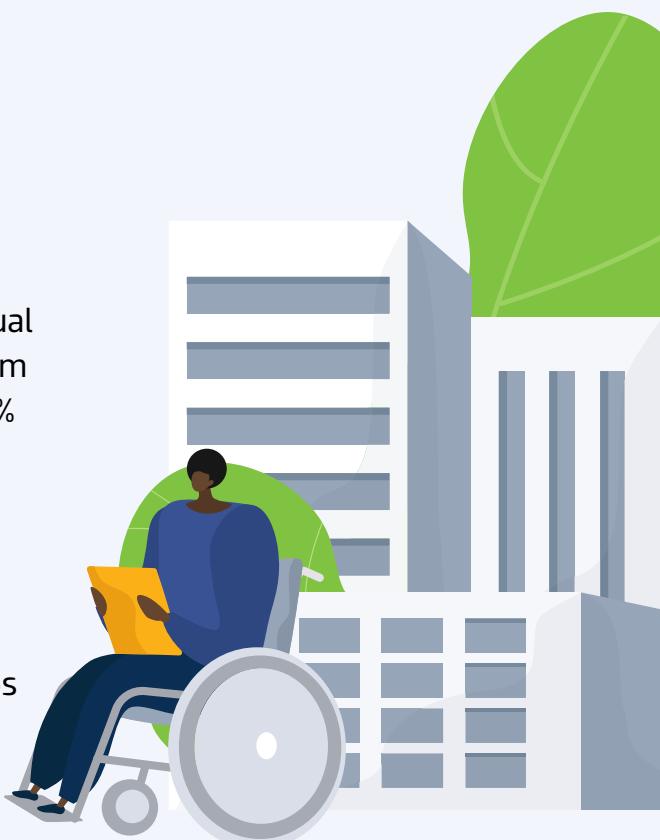
Mais da metade das assets afirma se engajar com as empresas investidas

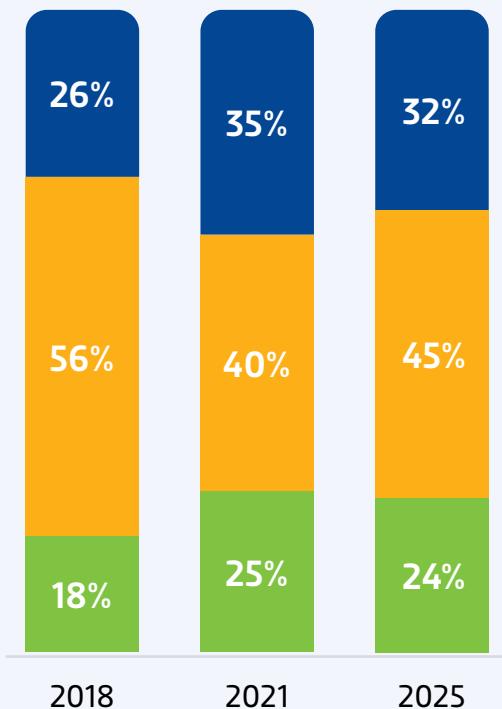
- Sim, com objetivos de influenciar a gestão da empresa
- Sim, com objetivos de obter informações adicionais em sua análise ESG
- Sim, porém sem objetivos definidos
- Nenhuma das anteriores

Direito a voto em assembleias

Na hora de exercer o direito a voto, há espaço para as gestoras evoluírem. Embora 76% das instituições tenham uma política formal de voto (1 ponto percentual a mais que na edição anterior), apenas 32% consideram questões ESG na hora de tomar decisões e outras 45% votam com base em políticas próprias, sem conexão com esses critérios.

Os perfis iniciado e engajado tiveram altas de 19 e 5 pontos percentuais, respectivamente, em relação às políticas de voto com critérios ESG. Já os desconfiados e emergentes recuaram, enquanto os distantes se mantiveram praticamente no patamar de 2021.

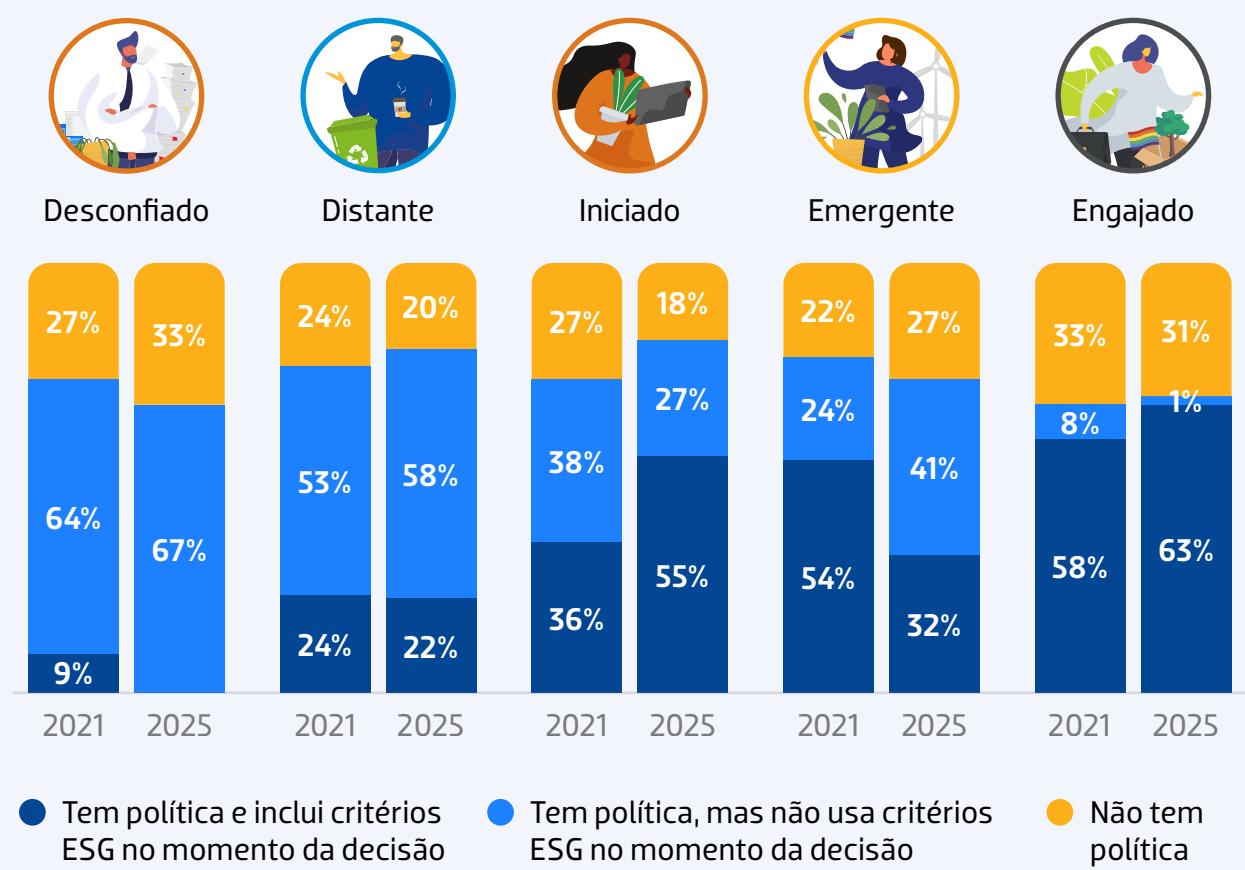




Uma em cada três assets tem política de voto com critérios ESG

- Tem política e inclui critérios ESG no momento da decisão
- Tem política, mas não usa critérios ESG no momento da decisão
- Não tem política

Adoção de política de voto com critérios ESG cresce entre perfis iniciado e engajado



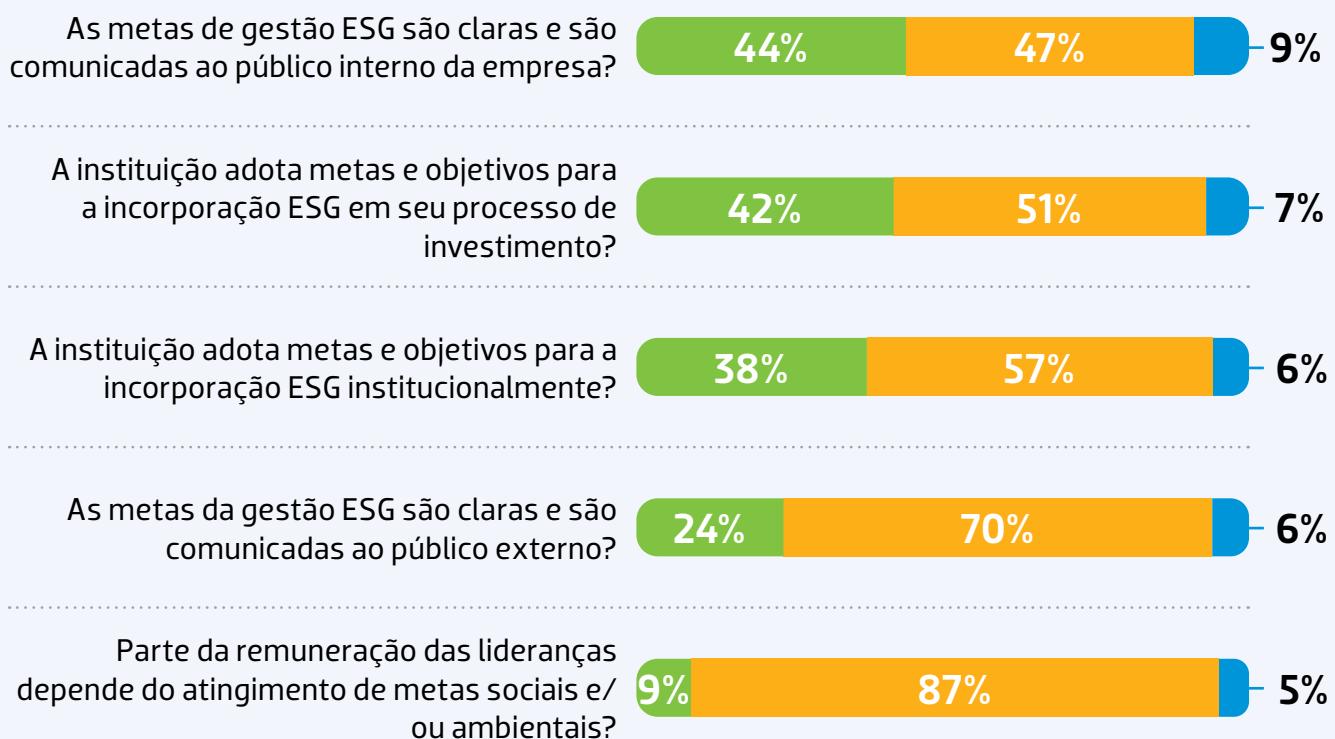
Engajamento e voto qualificado são importantes ferramentas para alinhar práticas empresariais às expectativas de investidores responsáveis. Os dados mostram que ainda há um grande potencial a ser explorado e uma oportunidade para que as gestoras brasileiras ampliem sua influência na transformação sustentável do mercado.

Estratégia, compromissos e metas ESG

Para implementar os princípios da sustentabilidade de forma consistente nas instituições, é preciso estabelecer metas e objetivos ligados a ESG e revisá-los periodicamente. Quase metade das casas (44%) não apenas adota esses compromissos de forma clara, como também os comunica para o público interno.

Mas há espaço para evoluir – a comunicação das mesmas metas para o público externo, por exemplo, cai para 24%; e apenas 9% das casas vinculam parte da remuneração variável das lideranças ao atingimento de metas ESG.

Gestoras podem avançar na definição e no tratamento de metas ESG



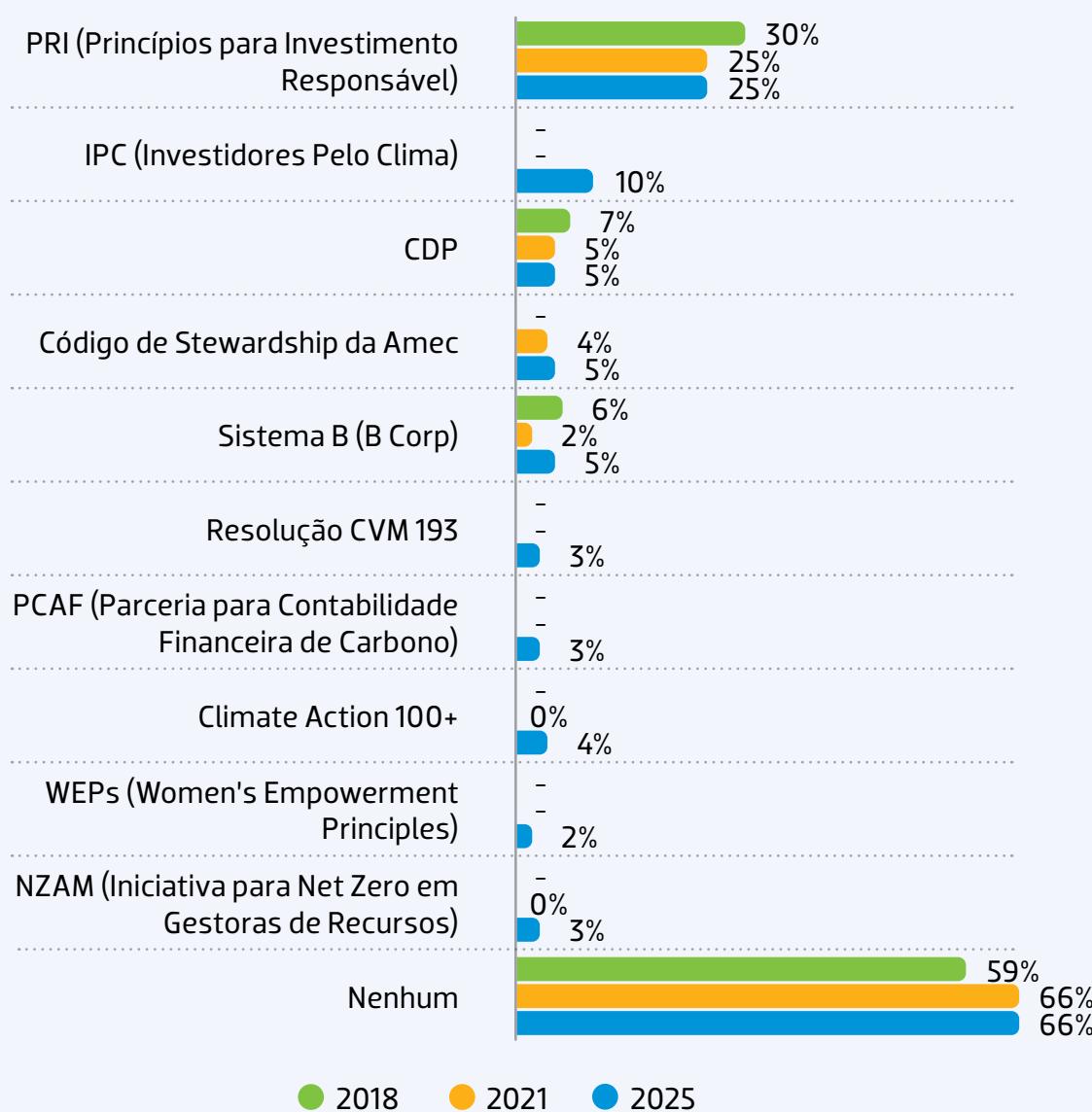
● Sim ● Não ● Não sei responder

Adesão a compromissos voluntários

Uma em cada quatro gestoras (25%) é aderente ao PRI (Princípios para Investimento Responsável), iniciativa da ONU para promover a adoção dos fatores ESG no mercado de capitais. Desde 2018, esse segue como o principal compromisso voluntário assumido pelas instituições.

Outras iniciativas citadas incluem o **IPC** (Investidores pelo Clima, com 10%) e o **CDP** (organização global e independente para divulgação de informações ambientais), com 5%. Os números revelam que há espaço para crescer: 66% das gestoras não aderem a compromissos voluntários, percentual que se mantém desde 2021.

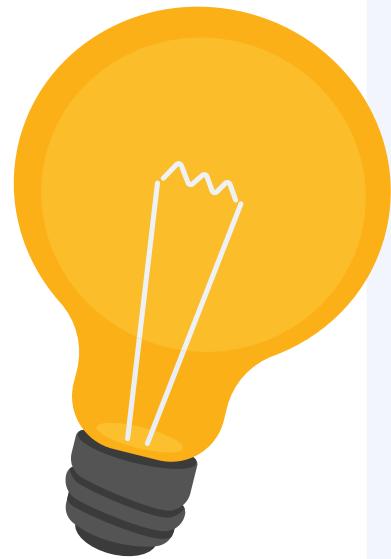
Adesão a compromissos de sustentabilidade ainda é restrita



Mesmo entre as casas mais maduras, a adesão é limitada, o que reforça o diagnóstico de que a consolidação do ESG no setor ainda depende de estímulos mais fortes — sejam eles regulatórios, reputacionais ou financeiros.

Para refletir:

- A crescente integração do ESG nas decisões de investimento mostra evolução na maturidade das gestoras.
- Riscos de governança são os mais analisados pelas assets; próxima etapa é aprofundar análises sobre questões ambientais e sociais.
- Engajamento nas empresas investidas e no voto qualificado pode crescer e atuar como alavancas para as assets avançarem nas práticas de investimento responsável.
- Compromissos voluntários ainda são pouco difundidos e têm espaço para se popularizarem entre as gestoras.



CONCLUSÃO



A pesquisa mostra que a sustentabilidade consolidou seu espaço nas instituições do mercado de capitais: 80% das casas dão notas acima de 7 para a importância do tema. Mergulhando nas gestoras, houve avanços claros na forma como o ESG vem sendo integrado às **estruturas internas** (58% das assets têm profissionais dedicados ao tema e ações de capacitação ESG); às **políticas institucionais** (cresceu de 26% para 39% o percentual das gestoras com políticas específicas de investimento sustentável); e às **decisões de investimento** (38% das assets já alteraram portfólios com base em critérios ESG nos últimos 12 meses).

Esse movimento revela um amadurecimento tanto das práticas quanto da compreensão sobre o papel da sustentabilidade: ela passou a ser vista como uma ferramenta de gestão de riscos, proteção da reputação e orientação estratégica para o uso de recursos.

O maior grau de maturidade está nas instituições com maior patrimônio sob gestão e, portanto, maior capacidade de alocação: entre as instituições com mais de R\$ 50 bilhões em ativos, apenas uma foi classificada como distante do ESG. Essas casas tendem a apresentar práticas mais estruturadas e níveis mais altos de engajamento com o tema.

Como havíamos descoberto em 2021, a sustentabilidade **avança em diferentes ritmos** nas instituições do mercado de capitais. Ao traçar perfis de maturidade no tratamento do tema, identificamos que o ESG está no radar de praticamente todas as casas.

A principal evolução de lá para cá foi entre os **emergentes e engajados**, perfis de maior maturidade e que também tiveram o maior crescimento: alta de 10%, chegando a 39% do mercado. Os perfis desconfiado e distante, menos engajados, ainda são a maior parte do mercado (45%), mas tiveram crescimento tímido, de apenas 6%.

Isso mostra que, para muitas instituições, **o ESG deixou de ser uma tendência emergente e passou a ocupar lugar na gestão institucional**. O fato de uma a cada três instituições ter intenção de estruturar ou gerir fundos sustentáveis nos próximos 12 meses traz expectativas promissoras para o futuro do setor.

Esse cenário positivo reflete a evolução e consolidação do tema no mercado, e diversas iniciativas contribuíram para isso nos últimos anos. **O ambiente autorregulatório ganhou força**: lançamos regras para emissão de títulos ESG em 2025 e uma autorregulação de fundos sustentáveis em 2022. São ações que trazem padronização e afastam o greenwashing do mercado.

A regulação também avançou: a CVM foi pioneira ao publicar a Resolução CVM 193, que determina o relato de informações financeiras sobre sustentabilidade e sobre clima. A norma entrará em vigor em 2027 e trouxe o ESG para os holofotes do mercado brasileiro.

O desafio agora é garantir que mais instituições entendam a relevância do tema, consolidem práticas e estejam preparadas para aproveitar as oportunidades econômicas, reputacionais e sociais que vêm com a transformação sustentável dos mercados.

Para isso, o setor precisa enfrentar alguns desafios. Um deles é capacitar os profissionais e desenvolver uma consciência mais clara sobre os riscos e as oportunidades ligados ao ESG. Incorporar esses fatores às análises de risco e às decisões de alocação é parte do dever fiduciário das instituições – e uma etapa essencial para evoluir em consistência.

Outro é colocar em prática os processos e ferramentas que sustentam essa transição. Isso passa pela adoção de sistemas e metodologias de análise alinhados aos padrões internacionais, mas adaptados à realidade brasileira. Transformar o funcionamento de um setor tão diverso e numeroso exige investimento em conhecimento, tecnologia e gestão.

Para incentivar o mercado, a Anbima se posicionou como um radar de tendências e um farol que aponta caminhos e apoia as instituições na incorporação das questões ESG. Um exemplo foi a criação da **Rede ANBIMA de Sustentabilidade** em 2023, fórum aberto para profissionais com objetivo de fomentar as finanças sustentáveis.

Nesses dois anos, a Rede tem atuado como catalisadora de iniciativas próprias, bem como em parceria com outras entidades, e do mercado. Alguns exemplos são as [Jornadas de Descarbonização](#), [IFRS](#), [Rumo à COP 30](#) e de [Blended Finance](#), que buscam preparar o mercado para tratar esses temas. Também contribuímos com a **Taxonomia Sustentável Brasileira** e entramos para uma série de conselhos e fóruns de promoção da sustentabilidade no setor financeiro.

Essas são algumas das nossas medidas para incentivar o mercado, mas há mais por vir, e não só dentro da Associação. Em 2025, o Brasil é palco do **PRI In Person** (fórum internacional da ONU sobre investimentos responsáveis) e da **COP 30** (principal conferência da ONU sobre mudanças climáticas), o que coloca o nosso país nos holofotes internacionais e deve estimular as instituições a se engajarem na pauta de finanças sustentáveis.

Sabemos que essa não é uma agenda simples e que há um longo caminho pela frente. Mais do que um retrato, esta pesquisa é uma das peças que podem ajudar a dar mais clareza para o quebra-cabeças da sustentabilidade no mercado. Os resultados indicam caminhos de atuação e deixam claro que é preciso apoiar as instituições na absorção e implementação estratégica do tema.



UM POUCO DA METODOLOGIA



A pesquisa foi realizada com **206 instituições** financeiras e do mercado de capitais associadas ou que seguem os códigos de autorregulação Anbima, com o objetivo de avaliar como percebem e integram as práticas ESG em suas estruturas e decisões.

A redução do número de respondentes em relação à pesquisa de 2021 (quando foram 265 instituições) está relacionada às dificuldades operacionais no processo de campo, especialmente na identificação de profissionais responsáveis por ESG dentro das empresas.

Sempre que os dados estavam disponíveis, os resultados foram comparados às edições anteriores (2021 e 2018).

A abordagem escolhida foi a quantitativa, com aplicação de questionário estruturado, preenchido diretamente pelos respondentes. Antes do envio, a equipe de campo entrou em contato por telefone com cada instituição para identificar quem era o responsável pelo tema.

As perguntas foram previamente testadas com um pequeno grupo, garantindo clareza e aderência temática. Parte das questões foi mantida idêntica à edição anterior, permitindo comparações diretas entre os dois ciclos. O tempo médio de resposta foi de 40 minutos.

Todos os questionários e a base de dados foram submetidos a análises de consistência, assegurando o controle de qualidade das informações coletadas. Em casos de perguntas com respostas únicas, pequenas variações nas somas totais – entre 99% e 101% – podem ocorrer devido a arredondamentos. Nas perguntas de múltipla escolha, os totais podem ultrapassar 100%.

A coleta de dados ocorreu entre dezembro de 2024 e abril de 2025, período marcado por instabilidade internacional, fator que pode ter influenciado a percepção de risco e atenção ao tema ESG.

Margem de erro

A pesquisa adota um nível de confiança de 95%, o que significa que, se o levantamento fosse repetido 100 vezes com a mesma metodologia, em 95 delas os resultados estariam dentro da margem de erro prevista.

A margem de erro máxima estimada é de sete pontos percentuais para mais ou para menos. Essa variação é estatisticamente aceitável e deve ser considerada ao interpretar os resultados, especialmente em análises por segmento ou perfil.

Muitas perguntas feitas em 2025 constavam também nas edições da pesquisa realizadas em 2021 e em 2018, casos em que apresentamos a evolução histórica dos dados. Vale lembrar que as amostras variam bastante, principalmente no caso das gestoras: eram 103 casas em 2018, 209 em 2021 e 152 em 2025. Mudanças bruscas de resultado (tanto quedas quanto altas acentuadas) podem ser explicadas pela diferença de amostragem e não necessariamente pela maturidade do tema.

As análises se baseiam em proporções ou em medidas de tendência central, como média e mediana.

Definição dos perfis de maturidade

A segmentação das instituições participantes em cinco perfis – desconfiado, distante, iniciado, emergente e engajado – teve como ponto de partida os resultados da etapa qualitativa realizada em 2021. Nessa fase, foram identificados perfis distintos de organizações com base em percepções, práticas e grau de envolvimento com o tema ESG.

As perguntas usadas na etapa qualitativa foram construídas pelo Datafolha em conjunto com a Anbima e com apoio da equipe do instituto Na Rua (que realizou a etapa qualitativa em 2021). As questões foram testadas previamente para garantir clareza e aderência ao propósito da segmentação. O objetivo era aproximar ou distanciar as instituições dos perfis previamente definidos, com base em como entendem e integram o tema ESG.

O processo de segmentação foi dividido em três etapas principais:

1. Definição das perguntas-chave

2. Associação das respostas aos arquétipos

3. Construção da segmentação descritiva

As questões analisaram tanto o estágio de implantação de práticas quanto a postura conceitual das empresas em relação ao tema. Foram consideradas, por exemplo, percepções sobre a inserção da sustentabilidade no código de conduta, integração às decisões estratégicas e a forma como a organização percebe os impactos e benefícios associados à pauta ESG.

Para garantir a consistência da segmentação, foram priorizadas variáveis que melhor distinguiam os grupos. A análise começou pelos extremos — empresas claramente engajadas ou resistentes ao tema — e, a partir disso, foram identificados os perfis intermediários. Esse processo possibilitou refinar os critérios de diferenciação e assegurar maior homogeneidade interna em cada grupo.

As instituições foram classificadas exclusivamente com base nas respostas declaradas. Não foram considerados porte, segmento, faturamento ou cargo do respondente. Também não foi aplicado qualquer tipo de controle sobre a coerência interna das respostas ao longo do questionário: as pessoas respondentes puderam preenchê-lo de forma livre, conforme a própria percepção.

Os resultados permitem uma leitura mais aprofundada sobre os diferentes estágios de maturidade ESG das instituições, contribuindo para análises comparativas e estratégias mais alinhadas às realidades e aos desafios de cada perfil.

Expediente

Retrato da sustentabilidade no mercado de capitais

4ª edição – dezembro de 2025

Presidente

Carlos André

Diretores

Adriano Koelle, Andrés Kikuchi, Aquiles Mosca, Carlos Takahashi, César Mindof, Eduardo Azevedo, Eric Altafim, Fernanda Camargo, Fernando Rabello, Flavia Palacios, Giuliano De Marchi, Gustavo Pacheco, Gustavo Pires, Julya Wellisch, Pedro Rudge, Roberto Paolino, Roberto Paris, Rodrigo Azevedo, Sergio Bini, Sergio Cutolo, Teodoro Lima e Zeca Doherty

Comitê Executivo

Amanda Brum, Eliana Marino, Francisco Vidinha, Guilherme Benaderet, Lina Yajima, Marcelo Billi, Soraya Alves, Tatiana Itikawa, Thiago Baptista e Zeca Doherty

Superintendência de Sustentabilidade, Inovação e Educação

Marcelo Billi

Gerência de Sustentabilidade

Luiz Pires

Apoio técnico de Sustentabilidade

Roberta Simonetti e Amanda Burlamaqui

Organização técnica e revisão de dados

Antonio Matheus Sá

Superintendência de Comunicação e Marketing

Amanda Brum

Coordenação editorial

Giovanna Bambicini

Edição

Flávia Nosralla

Redação | Diagramação

Storifica | Tomás Paulozzi

Levantamento de dados

Datafolha



Rio de Janeiro

Praia de Botafogo, 501 - 704,
Bloco II, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ
CEP: 22250-911 | Tel.: (21) 2104-9300



São Paulo

Av. Doutora Ruth Cardoso, 8501,
21º andar, Pinheiros, São Paulo, SP
CEP: 05425-070 | Tel.: (11) 3471-4200